

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ - FADIC
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA EDUARDA BRASILEIRO DE CARVALHO CHIAPPETTA

**REPLICAÇÃO DE ASPECTOS DOS CENTROS URBANOS EM
ÁREAS DE VERANEIO: o caso da Praia dos Carneiros – Tamandaré, PE**

RECIFE

2016

MARIA EDUARDA BRASILEIRO DE CARVALHO CHIAPPETTA

**REPLICAÇÃO DE ASPECTOS DOS CENTROS URBANOS EM
ÁREAS DE VERANEIO: o caso da Praia dos Carneiros – Tamandaré, PE**

Trabalho apresentado como requisito da disciplina de TG2, ministrada pela Professora Doutora Anna Karina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã, para primeira nota da disciplina.

Orientador: Prof. Me. Pedro Valadares.

RECIFE

2016

Chiappetta, Maria Eduarda Brasileiro de Carvalho

Replicação de aspectos dos centros urbanos em áreas de verâneo: o caso da Praia dos Carneiros – Tamandaré, Pe. / Maria Eduarda Brasileiro de Carvalho Chiappetta - Recife: O Autor, 2016.

98 f.; il.

Orientador(a): Prof. Ms. Pedro Henrique C. Valadares

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Segundas residências. 3. Praia dos Carneiros. 4. Turismo. I. Título.

**72 CDU (2.ed.)
720 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2017-499**

DEDICATÓRIA

Aos meus avôs;
Presentes em meus pensamentos e em meu
coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos do meu convívio e a todos que estão distantes, que sempre acreditaram e contribuíram para a conclusão deste curso.

A Faculdade Damas da Instrução Cristã pela oportunidade de fazer o curso de Arquitetura e Urbanismo, ao corpo docente, por me proporcionar conhecimento no processo de formação profissional.

Ao meu querido amigo e orientador Pedro Valadares pela oportunidade, apoio, empenho e paciência na elaboração e conclusão deste trabalho. Obrigada por tudo.

Ao meus pais, Eduardo Jorge e Ana Emília, pela formação dada até minha juventude, que me ajudou a dar continuidade nos estudos até à chegada a esta graduação. Ao meu irmão, Marcos Vinícius, pelo amor e carinho. Os meus eternos agradecimentos.

As minhas avós, Maria Emília e Maria Lúcia, que sempre estiveram ao meu lado, acreditaram em mim, me dando força e incentivo para seguir em frente. Obrigada pelo carinho e agrado.

Aos familiares, que mesmo distantes, através do seu amor, me apoiaram e incentivaram nos momentos mais difíceis, enfrentando junto comigo cada desafio.

A todos os meus amigos, em especial Ana Laura Câmara, Cleide Firemand, Eri Johnson, Hélio Coelho, Flávia, Nascimento, Maria Clara Cecílio, Marina Tenorio, Natália Guimarães, Renata Valença, Rhayssa Queiroz e Vinícius Catão, que sempre estiveram presentes quando precisei, agradeço a amizade e o carinho que sempre me disponibilizaram.

A todos que fizeram parte da minha graduação e que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa, o meu muito obrigada.

“Não quero que minha casa seja cercada por muros de todos os lados e que as minhas janelas estejam tapadas. Quero que as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível.”

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

A prática turística é complexa e multidisciplinar, atinge e transforma diretamente o território, ocasionando o surgimento de novos nichos de mercado. As áreas litorâneas, principalmente do Nordeste Brasileiro, vêm sendo progressivamente introduzidas num novo cenário, o turismo de segunda residência. Essa atividade implica em um processo de urbanização que, em certa medida, busca atender os desejos residenciais básicos que, muitas vezes, ultrapassa os limites da edificação, comprometendo o espaço público e sua relação com a mesma. A Praia dos Carneiros se desponta nesse cenário como um dos destinos mais cobiçados do litoral Sul de Pernambuco, ressaltando certa rusticidade e ambiência bucólica, com fazendas de coqueiros e áreas públicas e particulares quase intocadas. Entretanto, considerando que os veranistas buscam uma realidade diversa daquela vivida no cotidiano urbano, percebe-se que a maioria das segundas residências existentes no litoral pernambucano possui características típicas das casas dos grandes centros urbanos, e a Praia dos Carneiros é um exemplo desse fato. Diante disso, o objetivo desse trabalho é elaborar diretrizes arquitetônicas e paisagísticas para segundas residências na praia em questão, que visam melhorias da infraestrutura das construções existentes e de direcionamento para construções futuras, de modo a atender à demanda específica e também favorecer uma integração entre arquitetura e paisagem.

Palavras-chaves: Segundas Residências; Turismo; Praia dos Carneiros; Veraneio

ABSTRACT

The tourist practice is complex and multidisciplinary, directly affects and transforms the territory, causing the emergence of new niche markets. The coastal areas, mainly of the Northeast of Brazil, have been progressively introduced in a new scenario, the tourism of summer houses. This activity implies an urbanization process that, to a certain extent, seeks to meet the basic residential desires that, often, exceeds the limits of the building, compromising the public space and its relation with it. Carneiros Beach appears in this scenario as one of the most desired destinations on the southern coast of Pernambuco, highlighting a rustic and bucolic ambience, with coconut farms and almost untouched private and public areas. However, considering that the vacationers seek a different reality from the one present in urban daily life, it can be seen that most of second residences built on the coast of Pernambuco possess typical characteristics common to houses of large urban centers, and Carneiros Beach is an example of this fact. Therefore, the objective of this study is to elaborate architectural and landscape guidelines for second residences on the mentioned beach, which aim at improving the infrastructure of existing buildings and targeting future buildings, in order to meet the specific demand and also indulge an integration between architecture and landscape.

Keywords: Second Residences; Tourism; Carneiros Beach; Summer

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução do turismo mundial	18
Figura 2 – Lazareto de Tamandaré, Pernambuco (1908)	30
Figura 3 - Mapa de localização do município de Tamandaré	33
Figura 4 – Placa indicando acesso privado à Praia dos Carneiros.....	36
Figura 5 - Praia dos Carneiros, Tamandaré	37
Figura 6 – Praia de Campas, Tamandaré	37
Figura 7 – Quiosques na Praia de Tamandaré, Tamandaré	38
Figura 8 – Praia Pontal do Lira, Tamandaré.....	39
Figura 9 – Rio Ariquindá, Tamandaré.....	41
Figura 10 - Igreja de São Pedro, Praia de Campas, Tamandaré	41
Figura 11 – Igreja de São José das Botas, Tamandaré	42
Figura 12 - Igreja de São Benedito, Praia dos Carneiros, Tamandaré.....	42
Figura 13 - Forte Inácio de Loyola, localizado no município de Tamandaré, Pernambuco	43
Figura 14 - Farol de Tamandaré, Tamandaré	44
Figura 15 - Vista aérea dos recifes de corais e piscinas naturais, Tamandaré.....	44
Figura 16 - Mapa percentual de segundas residências no litoral de Pernambuco	49
Figura 17 - Mapa de zoneamento ecológico econômico da APA de Guadalupe	51
Figura 18 – Acesso principal Club Meridional Carneiros, Praia dos Carneiros.....	60
Figura 19 – Muros em toda extensão do lote, Club Meridional Carneiros	61
Figura 20 – Vista aérea do Carneiros Beach Resort, Praia dos Carneiros.....	62
Figura 21 – Acesso principal Carneiros Beach Resort, Praia dos Carneiros.....	62
Figura 22 – Planta locação Condomínio Village Praia dos Carneiros III	63
Figura 23 – Prive dos Carneiros, Praia dos Carneiros	64
Figura 24 – Prive Pedra dos Carneiros, Praia dos Carneiros.....	65
Figura 25 – Acesso público à Praia dos Carneiros	65
Figura 26 – Acesso público à Praia dos Carneiros	66
Figura 27- Segunda residência com muros altos, Praia dos Carneiros.....	66
Figura 28 – Segunda residência, Praia dos Carneiros	67
Figura 29 – Segunda residência à beira mar, Praia dos Carneiros	68
Figura 30 – Segundas residências em propriedade particular, Praia dos Carneiros	69
Figura 31 – Típica residência dos pescadores, Bairro Novo, Olinda (1935).....	71
Figura 32 – Casa de pescadores, Praia de Meireles, Fortaleza.....	71

Figura 33 – Segundas residências na Praia de Boa Viagem, Recife (1950).....	72
Figura 34 – Esquema ilustrando vias de circulação e eliminação dos muros.....	79
Figura 35 – Esquema ilustrando vias de circulação e ciclovias	79
Figura 36 – Residência Refúgio Praia do Forte, Praia do Forte	84
Figura 37 – Ambiente externo, Residência Refúgio Praia do Forte	85
Figura 38 – Casa Patacho, Porto de Pedra, Alagoas.....	86
Figura 39 – Recuo parede (terraço), Casa Patacho.....	86
Figura 40 – Ambiente interno, Casa Patacho	87
Figura 41 – Exemplos de cobogós em ambientes externos	88
Figura 42 – Sombreamento gerado pelos beirais e pela vegetação	89
Figura 43 – Segunda residência à beira mar, Praia dos Carneiros	89
Figura 44 – Segunda residência próxima à beira mar, Praia dos Carneiros	90
Figura 45 – Segundas residências, Praia dos Carneiros	91
Figura 46 – Prive residencial, Praia dos Carneiros.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto interno bruto (PIB) do município de Tamandaré	34
Tabela 2 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) no município de Tamandaré.....	34
Tabela 3 - Taxa de crescimento populacional no município de Tamandaré, Pernambuco	47
Tabela 4 - Evolução populacional do município de Tamandaré, Pernambuco	48
Tabela 5 – Parâmetros urbanísticos da zona hoteleira (ZH).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDEPE/FIDEM – Instituto de Planejamento de Pernambuco

CPRH - Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos

CTG - Centro Turístico de Guadalupe

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

GERCO/PE – Gerenciamento Costeiro de Pernambuco

IATA - *International Air of Transport Association*

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Produtivo

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INABI – Negócios Imobiliários

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDPMT – Plano Diretor Participativo do Município de Tamandaré

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata

RD – Região de Desenvolvimento

REBIO - Reserva Biológica

SESI – Serviço Social da Indústria

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TO – Taxa de Ocupação

TSN – Taxa de Solo Natural

UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

ZH - Zona Hoteleira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. TURISMO E URBANISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LITORAL	15
1.1. Breve histórico sobre o turismo mundial e nacional.....	15
1.2. Considerações gerais sobre turismo e veraneio.....	20
1.3. Turismo de segunda residência no litoral.....	23
2 A PRAIA DOS CARNEIROS	28
2.1 Histórico sobre o município de Tamandaré	28
2.2 Caracterização da área de estudo.....	31
3 SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ – PE	46
3.1 Demanda por veraneio na Praia dos Carneiros	46
3.2 Tradições construtivas das grandes cidades em locais de veraneio	53
3.3 Características construtivas das residências de veraneio na Praia dos Carneiros	57
4 CONSIDERAÇÕES QUANTO À PERTINÊNCIA ENTRE ARQUITETURA E LUGAR NO ÂMBITO PRAIANO.....	70
5 DIRETRIZES PARA AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EXISTENTES E FUTURAS, DA PRAIA DOS CARNEIROS	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico e os recursos naturais são atrativos turísticos por excelência. São destinos procurados por aqueles que, em seus tempos livres, buscam um refúgio da vida cotidiana dos centros urbanos em ambientes propícios ao descanso e lazer. Para atender a esta demanda, são construídas segundas residências, ou residências secundárias, também chamadas de veraneio, ou seja, de uso ocasional, onde os veranistas podem residir temporariamente enquanto desfrutam de uma realidade diversa daquela vivida cotidianamente.

O interesse por passar uma temporada de férias, ou folga eventual, nessas áreas, incorre em um processo de urbanização que, em certa medida, visa atender às necessidades residenciais básicas, que, na maioria dos casos, transcende os limites da edificação, envolvendo também aspectos externos como ruas, calçadas, praças, entre outros. Trata-se de um processo que busca interrelacionar o natural e o urbano em atendimento ao anseio dos turistas de se apropriarem da paisagem e dos recursos naturais que ela oferece.

Contudo, o turismo deve ser planejado e implantado de forma que seu crescimento não gere impactos negativos ao meio ambiente, nem ponha em risco os aspectos socioculturais, e que as áreas no seu entorno sejam preservadas, ou até melhoradas (IDESP, 2012). Porém, no Brasil, é possível encontrar problemas típicos de grandes centros urbanos em muitos lugares reconhecidos como destinos turísticos de veraneio, inclusive nas segundas residências e em seus entornos imediatos, embora os turistas e veranistas busquem nessas localidades uma realidade diferente daquela vivida nas grandes cidades.

Enquanto que nas regiões sul e sudeste do Brasil, por exemplo, predominam as segundas residências em áreas campestres, com algumas exceções – como se vê no litoral paulista – o nordeste do país tem a maior parte de sua demanda de veraneio localizada nas áreas costeiras. Este aspecto se explica basicamente pela conjunção entre as características climáticas e os recursos naturais locais.

Conforme uma análise feita por Assis (2003), o turismo de segunda residência no cenário brasileiro vem crescendo bastante nos últimos anos e, no caso do nordeste do país, o crescimento dessas residências têm se concentrado nas áreas litorâneas. Um exemplo disso está nas diversas praias Pernambucanas, principalmente no litoral Sul, onde se pode encontrar uma demanda crescente por veraneio, que trazem consigo transformações socioespaciais, principalmente por meio da construção de condomínios residenciais e redes hoteleiras.

Este fenômeno é percebido em praticamente todo o litoral do estado, em locais como as praias de Gaibu, Porto de Galinhas, Serrambi, Carneiros, entre outras. Esta última, localizada no município de Tamandaré, no litoral Sul, tem se tornado um dos principais destinos turísticos do norte e nordeste do país, principalmente devido a suas belezas naturais.

O crescimento da demanda por veraneio na Praia dos Carneiros tem atraído investimentos no setor imobiliário, aumentando o número de condomínios, pousadas, hotéis e até mesmo resorts. Este aumento tem demandado melhorias na infraestrutura do lugar que, segundo o arquiteto Fred Moreira (2016), autor do projeto de um equipamento de lazer de grande porte a ser construído na Praia dos Carneiros, consistiu em fator determinante na escolha dessa praia para realização do empreendimento.

Com o crescimento de residentes, ainda que temporários, surge também a necessidade de dispor de certo nível de conforto nas segundas residências, tanto interna, como externamente aos imóveis. Este conforto pode ser entendido como o atendimento da arquitetura e do urbanismo a certos hábitos e necessidades (básicos), além de normas e leis, às quais o ambiente construído é obrigado a se submeter. Em outras palavras, as áreas litorâneas de veraneio, assim como as grandes cidades têm sofrido um processo de urbanização crescente, principalmente com a construção de condomínios residenciais, o que tem permitido, ao longo de décadas, a presença de diversas tipologias arquitetônicas, com traços de períodos distintos, que acompanharam, em certa medida, o desenvolvimento de soluções construtivas ao longo dos anos.

Entretanto, apesar da busca por locais de descanso e lazer, percebe-se um crescente número de tipologias arquitetônicas caracterizadas por casas predominantemente fechadas para a rua, com muros altos ao longo de toda a extensão do lote, sendo este, muitas vezes, demasiadamente pequeno, o que induz a quase inexistência de recuos laterais, além da ocupação de propriedades privadas na orla, o que reduz, ou elimina, espaços públicos livres para fruição da paisagem, entre outros fatores. Estes aspectos não condizem com a busca dos veranistas por um refúgio dos problemas urbanos das capitais, já que estas características são problemáticas existentes nas grandes cidades e, na maioria das vezes, são elas as principais motivadoras da busca por espaços de veraneio.

É possível verificar tais configurações arquitetônicas em quase todas as segundas residências no litoral de Pernambuco, com mais frequência nos destinos mais procurados, pontuados anteriormente. Na Praia dos Carneiros não tem sido diferente, onde se percebe uma progressiva construção de imóveis residenciais. Trata-se de áreas resultantes de loteamentos

realizados com anuência e regulamentação do poder público local, cujas características organizacionais assemelham-se às existentes nos bairros residenciais das grandes cidades. Aspectos como delimitação de propriedades por meio de muros altos e “cegos”, nítida definição visual entre espaço público e privado, e a presença quase nula de espaço público à praia, por exemplo, têm sido cada vez mais comuns na Praia dos Carneiros. São problemas que, muitas vezes, surgem já na concepção projetual, em dissonância com as intenções de veraneio. Em outras situações, tais problemas são decorrentes de alterações empreendidas na informalidade pelos proprietários, sem orientação especializada, e à revelia dos parâmetros urbanísticos legais.

Por estas razões, escolheu-se a Praia dos Carneiros como objeto de estudo da pesquisa, na qual foi considerada a demanda e o ambiente construído local, abordando a problemática apresentada, com o objetivo geral de propor diretrizes arquitetônicas e paisagísticas para segundas residências na referida praia, de modo a apresentar, como objetivos específicos, soluções que visem melhores condições na prática do veraneio, principalmente nas segundas residências, por meio do incentivo às relações positivas de vizinhança, além de fatores pertinentes ao conforto ambiental, acessibilidade, mobilidade, entre outros.

Como procedimento metodológico, foram realizadas consultas ao Plano Diretor Participativo do Município de Tamandaré (PDPMT), visto que ele prevê as regras e critérios de desenvolvimento do parcelamento, uso e ocupação do solo, visando atender às necessidades dos usuários quanto à habitação, trabalho, lazer, cultura, transporte, saneamento básico e segurança. O trabalho também teve embasamento obtido em pesquisas bibliográficas para fundamentar teoricamente os conceitos no desenvolvimento das diretrizes, buscando fontes em livros, sites, artigos, revistas, legislações e órgãos do governo municipal. Foi realizada a caracterização da área de estudo, com a elaboração de uma breve pesquisa histórica do município de Tamandaré, com foco na Praia dos Carneiros, incluindo, posteriormente, análises de mercado, do perfil turístico local, do espaço físico, potenciais turísticos da região, tendência do setor imobiliário e visita *in loco*. Foi realizada a atividade de identificação e análise dos aspectos arquitetônicos e urbanísticos das residências secundárias existentes na Praia dos Carneiros, que possuem diversos elementos construtivos e compositivos negativos típicos dos grandes centros urbanos. Por fim, após a análise de todos os dados obtidos, um conjunto de diretrizes arquitetônicas e paisagísticas foram elaboradas, dialogando com conceitos de conforto ambiental, pertinência tipológica em relação à paisagem natural, além de normas e leis vigentes.

1. TURISMO E URBANISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LITORAL

Este capítulo aborda o referencial teórico do presente trabalho, no qual, primeiramente, será feito um breve histórico sobre o turismo mundial e nacional, em seguida serão conceituados turismo e veraneio, observando o desenvolvimento do turismo de segunda residência no litoral, verificando características, tipologias, aspectos arquitetônicos e fatores pertinentes.

1.1. Breve histórico sobre o turismo mundial e nacional

O turismo, tal como se conhece hoje, chamado de turismo moderno ou organizado, surgiu inicialmente na Inglaterra, após a Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, período no qual esteve ligado ao modo de produção e desenvolvimento tecnológico. Foi a partir dessa época que houve a implantação e o desenvolvimento da atividade turística como forma de negócio, devido a vários fatores, como por exemplo, as transformações econômicas e sociais, e as novas tecnologias (REJOWSKI, 2002).

Nesse período, surge na Europa, a função balneária que, num primeiro momento, serviu como princípios terapêuticos: banhos de mar eram indicados por médico para pessoas que possuíam algum tipo específico de doença, contraídas pelo ambiente poluídos das cidades. As áreas litorâneas surgiram, então, como fuga para melhoria do estado físico e mental da população que dispunha de maior poder aquisitivo (Ministério do Turismo, 2008).

Por um determinado momento, os balneários permaneceram restritos a uma parcela da população. O acesso era feito apenas para aqueles que possuíam condições de adquirir ou alugar acomodações em determinado local. Entretanto, conforme os banhos de mar foram se tornando mais acessíveis, ficou mais complicado, para os grupos dominantes limitar o acesso à praia. Um conjunto de condições trouxe o rápido crescimento e desenvolvimento dessa nova forma de lazer de massa, devido uma concentração de serviços especializados, designado a fornecer instrumentos para atrair o olhar do turista.

As viagens realizadas antes desse período, não eram consideradas turismo. Jovens de classes privilegiadas do sexo masculino, acompanhados de seu professor particular, realizavam um *grand tour*¹, como era chamado as “viagens de estudos”, a fim de ganharem um diploma que lhes conferiam *status* social. Essas viagens não tinham por finalidade o

¹ De origem francesa, apresenta definição semelhante no inglês e latim, respectivamente, *turn* e *tornare*, que significa volta.

lazer, serviam para os jovens adquirirem experiência de vida, realizando viagens em diversos países, com atrativos agradáveis e excelentes programações (ANDRADE, 1998).

Segundo Rejowski (2002), a partir da Revolução Industrial, o século XIX foi assinalado por mudanças econômicas e sociais, trabalhadores que antes viviam em áreas rurais, vão migrar para as áreas urbanas, onde estavam sendo implantadas as novas fábricas. Para mais, nesse cenário de mudanças, surge uma classe média assalariada, e paralelamente a isso, o crescimento do tempo livre e a busca por viagens turísticas. Dessa forma, surgiram as primeiras viagens organizadas, de caráter educativo e cultural, com a participação de agentes de viagens. As ferrovias, importante meio para o desenvolvimento industrial, passaram a servir também ao turismo, transportando passageiros, ao invés de apenas carga. O turismo passou, então, a ter uma visão mais econômica, devido aos benefícios por ele estimulados.

À vista disso, o modo de viajar começa a sofrer transformações, proporcionando a ascensão de um novo tipo de viajante. As viagens, antes frequentadas apenas pela aristocracia, passam a ser superadas pelo surgimento da classe média. Nesse contexto, Rejowski (2002) afirma que, a partir desse período, surgem os verdadeiros pioneiros do turismo, dando início à organização e à estruturação do setor.

Entende-se, dessa forma, que o surgimento de uma classe média, aliado a melhoria nos sistemas de transportes e a restituição da mão de obra agrícola pela industrial, são alguns dos principais marcos para o desenvolvimento do turismo no século XIX. As áreas costeiras ganham função social, e a princípio, é na Europa que os habitantes das cidades começam a frequentar a praia. Estes, por sua vez, já não são, em sua maioria, de classes altas, transformando a praia um ambiente mais acessível à população.

Nesse cenário de mudanças, surgiu um empresário inglês chamado Thomas Cook, fundador de várias agências de viagens, que estabeleceu as bases do turismo, considerados por muitos autores, o pai do turismo moderno. Para ele, as viagens abriam a mente das pessoas e aumentava o desejo pelo conhecimento, quebrando, assim, as barreiras entre classes e nacionalidades. Além disso, segundo ele, pobres e ricos tinham o direito de viajar, e o desenvolvimento acelerado das ferrovias tornaria isso possível.

O movimento turístico, que vinha se expandindo, foi então interrompido devido o advento da Primeira Guerra Mundial, entre os anos de 1914 e 1918. Rejowski (2002) cita que, durante esse período, os hotéis de luxo foram usados para hospedar militares, ou serviram até para abrigar quartéis e hospitais. As atividades turísticas sofreram um balanço negativo

durante esse período. Porém, ao término da guerra, a fabricação de meios de transportes, como o carro e o ônibus, permitiu que o turismo voltasse a se desenvolver.

No período da Segunda Guerra Mundial houve outra paralisação da atividade turística, contudo essa época foi de fundamental importância, pois introduziu o turismo na era da aviação, através da *International Air of Transport Association* (IATA), empresa que regula o direito aéreo. Em 1949, portanto, após a segunda guerra, o turismo renasce e surge o então turismo de massas². Vários fatores contribuíram para o crescimento dessa atividade, como expõe Rejowski (2002): o aumento no poder aquisitivo de camadas específicas da população e o aumento do tempo livre; maior interesse em conhecer outros povos e civilizações através da expansão tanto da educação, como da cultura; a procura por descanso e recreação em ambientes próximos à natureza, ou seja, fuga dos problemas que ocorrem nas grandes cidades; redução das jornadas de trabalho e criação de férias anuais remuneradas; evolução na tecnologia principalmente dos transportes; maior divulgação dos destinos turísticos através da publicidade e do marketing; entre outros.

O turismo de massa passa a realizar programações individuais e grupais, ou até mesmo através de pacotes turísticos, dispensando gastos excessivos com viagens. Utilizam meios de transportes mais econômicos, como o ônibus, trens, navios e automóveis particulares. A maioria dos deslocamentos programados são efetuados por terra, em faixas litorâneas de intenso movimento, ou em balneários, que demandam custos menores. Segundo Andrade (1998), o turismo de massa tem como característica a utilização de agência de viagens, a preferência pelo turismo interno (menos gasto e tempo para viajar), opção por transportes coletivos, hospedagem em hotéis com preços razoáveis, entre outros.

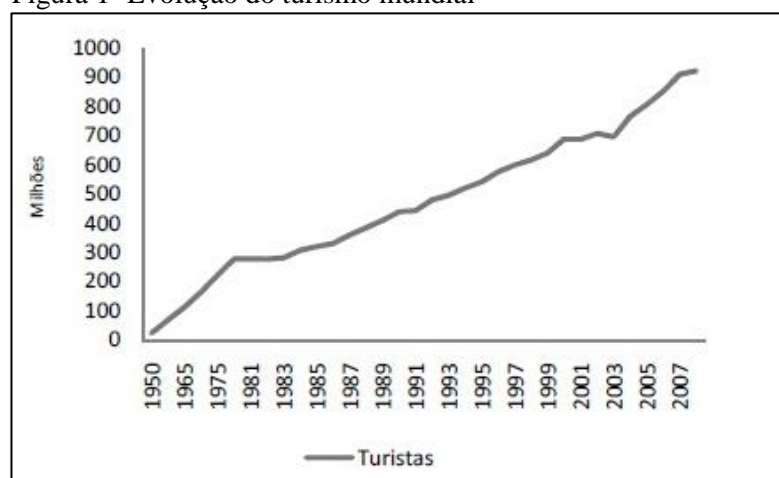
Dessa forma, o desenvolvimento da atividade turística, em escala mundial, foi impulsionado com o surgimento de mercados globais, através da globalização. Associa-se esse crescimento do turismo tanto à renda populacional quanto ao desenvolvimento econômico, nos países com destinos e ofertas turísticas. À vista disso, lugares que possuíam grande potencial turístico, ou seja, espaços que eram detentores de patrimônio histórico, natural e cultural, foram transformados em destinos turísticos.

À medida que as correntes turísticas foram crescendo, tomaram novos rumos, consolidando e expandindo, cada vez mais, o turismo de massa. Nesse contexto, as pessoas

² O turismo de massa, também chamado de turismo de maioria ou turismo de burguesia, tem como representantes as classes médias assalariadas e empresários de pequeno e médio porte.

passaram a fruir das viagens, principalmente, nos períodos de férias, ou folga eventual. Assim sendo, entende-se que a sociedade contemporânea integrou a busca pelo desejo conforme o sentido hedonista³. A partir do ano de 1950, segundo Rejowski (2002), se estabeleceu uma nova era cultural, na qual a recreação e o lazer tiveram papel fundamental na composição da moral coletiva direcionada ao desejo e prazer. Apesar da evolução do turismo ter sofrido um revês com as duas grandes guerras, a partir desse período houve um crescimento desta atividade até então nunca visto (Figura 1). Dessa forma, o turismo passa a ser apontado como um fenômeno social, através do desenvolvimento dos fluxos turísticos em áreas costeiras.

Figura 1- Evolução do turismo mundial



Fonte - UNWTO, World Tourism Barometer, 2009.

As motivações turísticas são fatores determinantes para levar as pessoas a deixar sua vida cotidiana e sua residência habitual para viajar. O cotidiano pode até ser bom, mas é cansativo, a ponto de levar o homem a procurar por meios que possam trazer a sua felicidade e satisfazer as suas necessidades.

Possuidor de desejos, dotado de vontade livre e com possibilidade de satisfazer suas necessidades naturais, o homem sempre procura responder às estimulações e às motivações externas que o convidam ou impelem a ações diversas daquelas nas quais se empenha de modo costumeiro ou quase permanente (ANDRADE, 1998, p. 87).

Num cenário de transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais, as características da demanda turística, os equipamentos e serviços tornaram o mercado cada vez

³ O hedonismo é uma doutrina filosófica que proclama o prazer como finalidade da vida.

mais competitivo. O processo de globalização, a evolução e redução dos custos dos transportes e da comunicação, avanços tecnológicos entre outros, trouxeram maior flexibilidade e possibilidades, para o mercado turístico, através de uma maior liberdade de movimentação.

Como consequência do crescente desenvolvimento do turismo, o meio ambiente começou a sofrer transformações. Com isso, Rejowski destaca que, aliado ao turismo, surgiu um discurso a favor do desenvolvimento sustentável, demandando por um turismo durável. Nessa circunstância, consolidaram-se novas formas de turismo alternativo⁴, como por exemplo, o ecoturismo, agroturismo, turismo de aventura e cultural.

Para fazer uma reflexão sobre o turismo são seguidos três princípios: o *homem*, o *espaço* e o *tempo* - pontos essenciais para compreender este fenômeno. Seguindo esta ideia, Andrade (1998), expõe:

O *homem* é o autor do ato de viajar, que encerra em si, necessariamente, o elemento físico primeiro que diferencia as quantificações e as distinções entre o *espaço* em que se situa e todos os demais espaços diversos daquele em que *em ato* ocupa e do qual precisa sair para que possa dar existência ao fenômeno *viagem*. Finalmente, sempre que se movimenta, o homem o faz no espaço e, para deslocar-se, mesmo que em medida física de aparências insignificantes, consome ou utiliza determinada quantidade de *tempo*, que é o elemento determinante de qualquer ato que o ser vivo pratique ou sofra, tanto consciente como inconscientemente (ANDRADE, 1998, p. 12).

No Brasil, o turismo nunca teve caráter aventureiro ou educativo, como na Europa, ele já nasceu vinculado ao lazer (TRIGO, 1999). A evolução do turismo brasileiro aconteceu de forma tímida e lenta, acompanhando, em certa medida, o crescimento dos países desenvolvidos. Os períodos de desenvolvimento da atividade turística coincidem de algum modo, às mesmas etapas vividas na Europa. De início, os equipamentos, serviços e transportes, eram restritos a uma pequena parcela da população, em se tratando de descanso e lazer. A partir do ano de 1950, surgiu o turismo de massas, uma grande parte da classe média e alta passou a viajar, contudo esse resultado nunca atingiu as classes mais baixas, ou seja, nunca atingiu o total da população brasileira. Investimentos em infraestrutura e transportes possibilitaram que parcela da população usufruísse das viagens, porém com características

⁴ O turismo alternativo não se apresenta como elemento simbólico do turismo de massa, ou seja, ele contrapõe-se às ideias impostas pelo turismo massivo, no qual o que se priorizava era conquistar cada vez mais turistas, independente das transformações que o meio ambiente vinha sofrendo.

não tanto sofisticadas. Contudo, mais recentemente, a diversificação dos serviços turísticos, aliado à maior divulgação dos destinos turísticos e rapidez nos transportes, proporcionaram o desejo de viajar para muitos.

Com o prestígio das áreas costeiras em relação ao descanso e lazer, estas passaram a ser locais de atração e destino turístico brasileiro. Como expõe Andrade (1998), “a água é elemento vital para todos os seres humanos”. Talvez por isso, o homem sinta-se tão atraído por rios, lagos e mares. Localidades onde estão inseridos estes recursos naturais são considerados os destinos mais procurados, como por exemplo, a região Nordeste, destacando-se como principal destino de Turismo de Sol e Praia do país, devido às suas características climáticas favoráveis o ano inteiro.

1.2 Considerações gerais sobre turismo e veraneio

Não é de hoje que se discute o potencial turístico do Brasil. Riquezas culturais e naturais são exemplos de atrativos dotados de grande variedade no país. Grande parte do turismo e do veraneio brasileiro se encontra nas regiões praianas do Nordeste, comumente conhecido como "Sol e Praia", oferecendo aos seus usuários diversas opções de lazer, associando-se as atividades turísticas à diversidade das praias, contribuindo para o desenvolvimento econômico e turístico dos municípios envolvidos. O Turismo de Sol e Praia "Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor" (Ministério do Turismo, 2010, p.14). O desenvolvimento desse segmento no Brasil se consolidou a partir da década de 1970 com a construção das chamadas segundas residências na costa litorânea.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2008), o turismo inclui o deslocamento e atividades realizadas de pessoas no percurso de suas viagens e estadas, assim como as relações que surgem entre elas, em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo de, no mínimo, um dia e inferior a um ano, com fins de lazer, negócios, entre outros.

O turismo é uma atividade sofisticada que movimentava bilhões de dólares por ano e atinge centenas de milhões de pessoas. Inúmeros locais transformaram-se em complexos turísticos pelas mais variadas razões: belezas naturais, núcleos históricos ou artísticos, centros comerciais, de convenções ou culturais, eventos esportivos ou ligados ao *showbusiness*, grandes metrópoles ou complexos industriais, ou ainda centros turísticos artificiais como Disneyland em Los Angeles, Walt Disney World em Orlando ou os parques europeus como o Asterix (TRIGO, 1999, p. 62).

Do ponto de vista geográfico, o turismo pode produzir e reproduzir espaços, construir e reconstruir e, muitas vezes, até mesmo destruir identidades, além de transformar as funções de alguns espaços por inserir-se diferentemente na região das mais diversas formas (CARVALHO, 2009).

Para tanto, conforme expõe Pereira (2006), o ato de veraneiar está relacionado à realização do deslocamento frequente do veranista até uma segunda residência. Nesta, realiza-se uma estada temporária, com períodos variáveis de um dia, ou até todo o período de férias. As atividades marítimas, como o banho de mar, turismo e, principalmente o veraneio, representam novas alternativas de aproximação da sociedade com o mar, evidenciando o espaço costeiro como prioritário para o lazer e a moradia.

É expressiva a diversidade de locais de lazer, de repouso e descanso, de compras, contatos profissionais, e até mesmo de tratamento de saúde. Diversas localidades tornam-se receptoras, com destinos cada vez mais procurados por um número crescente de pessoas, os tradicionais turistas e veranistas.

O turismo e o veraneio são fatores importantes para qualquer economia local, pois com a chegada de novas pessoas, o consumo e as necessidades de maior produção de serviços e empregos aumentam. Por consequência, gera lucros, que leva ao aumento da riqueza pela utilização dos meios de hospedagem e transporte, e pelo consumo de objetos variados, por exemplo, alimentação e prestação dos mais diversos serviços.

De acordo com Pereira (2006), esse processo é designado como a valorização dos espaços litorâneos. Essa produção social não se restringe apenas a características econômicas, está relacionada a diversos aspectos culturais, tecnológicos e ambientais. Os espaços litorâneos vão se consolidar na medida em que se verifica a propagação das práticas marítimas, as quais reproduzem novas possibilidades de uso desses ambientes pela sociedade. Em outras palavras, o desenvolvimento do turismo e do veraneio em espaços litorâneos passa a sofrer uma valorização e uma urbanização, os quais representam novas possibilidades de uso destes pela sociedade.

Para Andrade (1998), as praias, os rios, os lagos, as nascentes e mesmo as piscinas naturais e artificiais, fazem do turismo e do veraneio, a forma mais procurada de lazer e descanso. Isso porque, essas áreas, despertam um sentimento de liberdade e naturalidade da vida que as pessoas percebem estar perdendo devido às realidades urbanas que destroem as belezas e qualidades dos recursos naturais.

O turismo e o veraneio, como atividade econômica, são definidos a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como resultado do consumo dos visitantes. Diferenças de perfil e motivação dos turistas e de condições natural e econômica do lugar visitado implicam em conjuntos diferentes de produtos consumidos (IBGE, 2010, p. 09).

Para Gomes (2013), a faixa costeira nordestina vem sofrendo transformações no seu território devido às práticas do turismo e veraneio em função do seu potencial natural. Para tanto, a urbanização turística do litoral nordestino vem ocorrendo devido o surgimento do turismo de segunda residência, amparada pelo Turismo de Sol e Praia, alvo de políticas públicas municipais, estaduais e federais.

O termo "urbanização turística" foi utilizado pela primeira vez por Mullins (1991). Segundo ele, a "Urbanização turística corresponde basicamente à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local" (MULLINS, 1991 p. 326).

A partir daí, a região nordeste passa a ser alvo do turismo através de uma intensa turistificação, que segundo Issa e Dencker (2006), nada mais é do que o processo de implementação das atividades turísticas em espaços turísticos ou com potencialidade para o turismo. Até o século XVII, este território foi palco principal do crescimento econômico no Brasil, devido à cultura canavieira de exportação. A atividade entra em declínio apenas no século XX, e passa a ser palco de uma nova dinâmica socioeconômica promovida pelo turismo e veraneio, especialmente, na faixa litorânea. Desta forma, atividades seculares como, a pesca, o artesanato, entre outras, são abandonadas e dão espaço para condomínios de segunda residência, hotéis, resorts e prives.

O surgimento dessa atividade turística se deu através de dois acontecimentos: redução da jornada de trabalho e conquista dos trabalhadores ao direito de férias remuneradas. Surge então o tempo livre que pode ser usado para as mais diversas atividades, incluindo a prática do turismo e veraneio. Foi então, com o surgimento do turismo e veraneio em massa, que novas formas de lazer e atividades turísticas foram criadas para atender a demanda existente, para tanto surge a residência secundária, como alojamento turístico do setor extra-hoteleiro, como expõe Oliveira e Lima (2010).

São indiscutíveis as possibilidades de desenvolvimento do turismo na Região Nordeste, em virtude das suas características físicas, sociais, econômicas e

culturais que contribuem para atratividade local. Por conseguinte, a região possui vocação natural que tem sido fortalecida pelas iniciativas do setor público, especialmente, na região litorânea com um Turismo de Sol e Praia (GOMES, 2013, p. 56).

A partir do momento que o turismo e o veraneio se instalam num determinado local, eles trazem novas demandas. Estas, por sua vez, requerem mudanças e acabam criando espaços fragmentados e submetidos aos interesses privados. Não foi diferente no Nordeste brasileiro. O turismo e o veraneio se iniciaram, principalmente, no litoral fragmentando os espaços através das residências secundárias e, posteriormente, na forma de meios de hospedagem, como pousadas, prives hotéis e resorts.

A costa litorânea nordestina pode ser vista como uma área com uma infinidade de usos e ocupações que garantem o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer. Do ponto de vista econômico, a localização dos espaços costeiros torna a região bastante valorizada, sem levar em consideração a biodiversidade que apresenta riquezas naturais e a seus atrativos turísticos identificados como espaço de veraneio e lazer. À vista disso, a faixa litorânea se torna alvo dos empreendimentos imobiliários projetando um cenário promissor e inovador para o desenvolvimento do Turismo de Sol e Praia.

A consequência disso está no crescimento de turistas e veranistas que se deslocam do seu local habitual para uma segunda residência, configurando o chamado turismo de segunda residência.

1.3 Turismo de segunda residência no litoral

De acordo com a Lei Nº 11.771/2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, o parágrafo VII do Art. 5, cita como objetivo a criação e implantação dos meios de hospedagens sejam eles grandes ou pequenos empreendimentos e segundas residências, em lotes isolados ou em condomínios, destinados às atividades de expansão do conhecimento cultural, entretenimento e lazer e de outros atrativos que garantam a permanência por um tempo prolongado dos turistas e veranistas nas localidades. Segundo o parágrafo XIII deste mesmo Art. 5, define-se que:

Propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, características ambientais e socioeconômicas regionais existentes (LEI Nº 11.771, 2008).

O turismo é um processo de consumo e atividades complexas e multidisciplinares que altera diretamente o território provocando o surgimento de novos seguimentos de mercado, com usuários específicos. As regiões litorâneas, em especial as nordestinas, vêm sendo inseridas num novo cenário, o turismo de segunda residência, no qual a especulação imobiliária faz uso desse tipo de turismo resultando em novas conformações territoriais e habitacionais.

Em vista disso, Oliveira e Lima (2010) mencionam que a ocupação territorial e turística da costa brasileira causa uma nova dinâmica no território que tem como consequência a propagação das chamadas segundas residências ou residências secundárias. Contudo, a paisagem litorânea, vista como um recurso turístico e de veraneio, está sendo alterada pelo atual modelo de desenvolvimento turístico baseado na criação desse tipo residencial. De acordo com Santos et al. (2012), vários fatores contribuem para a busca por residências de uso ocasional, como por exemplo, problemas urbanos relacionados a poluição atmosférica e sonora das grandes metrópoles, escassez de áreas verdes e altas taxas de densidade demográfica nas cidades, entre outros. Em consequência disso, a procura por áreas mais tranquilas tem aumentando bastante nos últimos tempos.

A segunda residência é um tipo de meio de hospedagem de fins de semana e temporadas de férias. Segundo Assis (2003), apesar da expansão desse tipo residencial, ainda é um fenômeno pouco estudado que apresenta falta de reflexões teóricas e estudos empíricos das mais variadas influências socioespaciais nos diversos espaços de destinação turística.

Uma diferença entre o usuário de residência secundária, ou seja, o veranista, e o turista é que o segundo não estabelece vínculo com o local em que visita. Já o primeiro cria uma relação com o lugar que utiliza esse domicílio. É importante destacar que, em muitos casos, um dos motivos que leva a aquisição do imóvel de segunda residência está ligado a relação que se cria em uma primeira visita. Ou esse vínculo pode vir, também, de familiares e amigos que já possuem um imóvel naquela localidade.

Vale destacar, também, que os vínculos estabelecidos por quem possui uma residência secundária é muito diferente do vínculo de quem frequenta resorts, hotéis e pousadas. A

relação mais estável com o local refere-se à frequência que se utiliza esse lugar para lazer nos finais de semana ou férias.

Para Pearce (1988, p. 19) apud TULIK (2001, p. 3) “As residências secundárias constituem parte dos meios de hospedagem. Estes, por sua vez, integram a oferta turística que está compreendida nas estruturas e nos processos do desenvolvimento turístico”.

Em 2008, a Organização Mundial do Turismo (OMT) conceituou a segunda residência como a propriedade residencial para fins de veraneio e turismo, não sendo, assim, a residência principal do usuário. Neste contexto, serviços relacionados com o turismo são oferecidos e consumidos pelos usuários do local, que utilizam as propriedades para desfrutar daquele destino. O IBGE (2000) assim define as residências secundárias:

Como de uso ocasional o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes (IBGE, 2000, p.15).

A segunda residência transforma o fim de semana ou a temporada de férias num fato sociocultural característico da sociedade contemporânea. A redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o uso do automóvel particular contribuíram para o surgimento desses períodos como principal aproveitamento do tempo livre. Em geral, os turistas e veranistas seguem com destinos às moradias na sexta-feira à noite ou na manhã do sábado, após a jornada de trabalho, passando, assim, o sábado e o domingo e retornando, normalmente, antes da segunda-feira, a fim de regressar a rotina de trabalho.

Para Assis (2003) há três características importantes nas segundas residências: a primeira é a questão da propriedade, a segunda é a temporalidade e a terceira é a finalidade. A propriedade remete à característica básica desse tipo habitacional, configurando-se por ser a renda o fator de destaque a definir quem possui uma segunda residência ou não. Ter um imóvel desse tipo está relacionado a uma renda compatível com a aquisição e a manutenção do local. A segunda característica é a temporalidade, seu uso está ligado a fatores como disponibilidade de tempo livre, de renda e da distância do domicílio principal. E por último a finalidade, sendo esta uma modalidade de alojamento turístico com fins de lazer. Além disso, segundo Tulik (2001), devem ser considerados a possibilidade de áreas desocupadas, a propriedade e o uso do solo, a qualidade das vias e acessos e, principalmente, atrativos

turísticos nas áreas de destino. Ter um domicílio de uso ocasional não significa apenas ter um lugar de sossego e descanso, mas também é símbolo de *status* social.

Nesse contexto, adquirir uma segunda residência significa possuir disponibilidade financeira. Percebe-se que esse tipo de alojamento turístico é destinado às pessoas que dispõem de recursos financeiros extras para assumir os custos necessários. Ter uma segunda residência não garante seu uso apenas para fins de lazer e turismo, mas é também uma forma de investimento e de renda.

A residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distância. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes (TULIK, 1998, p. 202).

Esses três aspectos podem definir a localização dos domicílios de uso ocasional na zona rural ou urbana, podendo, também, induzir a concentração dessas moradias em determinadas localidades. A disponibilidade financeira e de tempo livre interfere na escolha da localização da segunda residência, visto que, quanto mais distante da residência principal, maior é o tempo e o custo para o domicílio de uso ocasional. Ter um imóvel em áreas muito distante da residência principal dificulta sua frequência nos finais de semana, induzindo o turista e veranista a usufruí-la, nas temporadas de férias, onde se dispõe de um tempo maior de permanência. Contudo, com o desenvolvimento tecnológico dos meios de transportes e o progresso na qualidade das vias, o fator distância, muitas vezes, torna-se secundário e sem valor na escolha pela localização dos imóveis.

De acordo com Assis (2003), as localidades de segundas residências buscam se distanciar dos centros urbanos, na proporção que crescem e urbanizam-se, migrando das áreas metropolitanas para os espaços costeiros e zonas rurais. A localização destes domicílios também é influenciada pelo comércio que segue a lógica da especulação imobiliária, loteando e vendendo os terrenos para esse tipo habitacional, trazendo a saturação da paisagem e a busca por áreas ainda mais distantes.

O fenômeno da residência secundária tem consequências espaciais que refletem na produção do espaço geográfico. Esse tipo habitacional implica em interesses e conflitos no espaço urbano costeiro. Contudo, segundo Santos et al. (2012) a instalação de segundas residências no litoral trouxe repercussões negativas e positivas. Os impactos ocasionados sobre o meio ambiente e suas consequências estão sempre em mudanças devido ao dinamismo

da atividade turística. Para tanto, considerando que as residências secundárias e turismo, em geral, provocam uma mudança na paisagem, é importante que haja um cuidado permanente tanto com a preservação dos ambientes naturais quanto dos ambientes construídos. Cruz (2007) analisa que as residências secundárias causam impactos socioambientais, aumentando a degradação da vegetação original, poluição de cursos de água e lençóis freáticos, além da saturação no abastecimento de água e energia.

O processo de urbanização dos espaços costeiros através do domicílio de uso ocasional origina meios de hospedagem para a atividade turística. Dessa forma, as residências secundárias podem ser frequentadas por turistas que alugam o imóvel e utilizam os serviços turísticos daquele destino, mas sem criar vínculos com o espaço. Assim, distingue-se o turista dos usuários que utilizam a prática do lazer em domicílios de uso ocasional.

Conforme uma análise feita por Assis (2003), o turismo de residências secundárias no cenário brasileiro vem crescendo bastante nos últimos anos. Um exemplo disso está em diversas praias Pernambucanas, como por exemplo, a Praia dos Carneiros, objeto de estudo da pesquisa, onde se pode encontrar uma demanda considerável por esses equipamentos de lazer que trazem consigo transformações sociais e espaciais.

2 A PRAIA DOS CARNEIROS

2.1 Histórico sobre o município de Tamandaré

Conforme uma análise feita por Lima (2006), as condições climáticas e solo favorável à exploração agrícola propiciaram a ocupação do litoral Sul do Estado de Pernambuco, tendo início na segunda metade do século XVI. A partir daí, essa região passa a se desenvolver através da economia canavieira, caracterizada pela presença de engenhos "banguês", posteriormente substituídos por usinas de cana de açúcar. Esse processo histórico influenciou o cenário econômico e ocasionou uma forte modificação na morfologia das paisagens.

O processo de colonização do Brasil pelos portugueses começou a partir do século XVII, com a prática da *plantation*⁵ açucareira no estado de Pernambuco e na Bahia, substituindo a atividade extrativista do pau brasil. Mesmo com avanços tecnológicos, a produção açucareira fez uso da mão de obra braçal durante muito tempo, devastando áreas para a construção de engenhos. Além disso, a produção de açúcar envolvia grandes investimentos para a aquisição das máquinas e mão de obra. As plantações de cana de açúcar necessitavam de áreas de mata, para a exploração de madeira; pastos para bois e mulas, espaço para a produção de alimentos, entre outros, acentuando, ainda mais, o desmatamento das áreas próximas aos engenhos.

Entretanto, a partir do século XIX, a exploração de terra pela monocultura da cana de açúcar na Mesorregião da Mata Meridional, ou Litoral Sul de Pernambuco, refletiu de forma bastante negativa sobre as questões ambientais, à medida que provocou transformações na paisagem e ocasionou a degradação do solo, clima, vegetação, relevo, entre outros aspectos.

O município de Tamandaré, onde está localizado a Praia dos Carneiros, objeto de estudo da pesquisa, insere-se neste contexto, devido a sua diversidade climática, geográfica e hidrográfica, com uma área que possuía muita terra fértil, com abundância de mata e índices pluviométricos favoráveis, além da sua disponibilidade de terra que se adequaram a produção e o transporte açucareiro. Tais fatores contribuíram para a ocupação do território por engenhos, os quais se encontravam na reserva de Mata Atlântica Pernambucana, rica fonte de matéria prima para abastecê-los.

Segundo Lima (2006), a origem do município de Tamandaré se deu em meados do século XVI, quando o litoral Sul do atual estado de Pernambuco foi dividido em sesmarias.

⁵ Sistema produtivo agrícola que tinha como principais características a monocultura, a produção em grandes propriedades (latifúndios), o uso da mão de obra escrava e a produção voltada para a exportação.

João Paes Barreto, senhor de engenho oriundo de Portugal, chegou a Pernambuco em 1560 e logo entrou para milícia, conquistando o sul da Capitania. Com a sua morte, as terras passaram para seus irmãos Estevão e Cristóvão Paes Barreto. Um dos herdeiros da família foi José Luís Paes de Mello, que adquiriu o engenho Mamucabas. Mais tarde, no ano de 1974, essas terras, que mais tarde seriam o município de Tamandaré, passaram para seus dois filhos.

Tamandaré surge na história através de João Fernandes Vieira, quando este constrói uma edificação, com intuito de proteger o porto contra ataques de invasores. Além de guardar, o porto também serviria como abrigo para as embarcações portuguesas. Quando houve o ataque a esta fortificação pelos holandeses, ocorreu o processo de destruição da edificação (LIMA, 2006).

Em seguida, o município de Tamandaré se sobressai em meados do século XVI com o crescimento da agroindústria açucareira de Pernambuco. Devido ao seu solo, favorável ao cultivo da cana de açúcar, transformou-se numa das regiões mais produtoras do Estado. Outro elemento vantajoso era sua reserva de mata, que serviu para abastecer as fornalhas dos engenhos, além do seu sistema fluvial que facilitava o transporte e escoação da cana de açúcar.

Com a construção do porto o município teve grande relevância desde o povoamento até o final do século XX, quando entrou em decadência devido a abertura das estradas de ferro, e mais tarde, com a construção das rodovias que passaram a transportar o açúcar dos engenhos para as usinas do Recife.

Afirmando a importância do Porto de Tamandaré, tem como destaque a construção de um lazareto (Figura 2), próximo ao mar, utilizado para o tratamento de pacientes da primeira a terceira classe. Estima-se que essa edificação funcionou ativamente entre os anos de 1900 e 1915. A partir desse período, suas instalações ficaram ociosas, com a decadência do porto, pois não havia mais imigrantes chegando dos navios para serem atendidos. A edificação foi adaptada para a implantação de uma escola profissional, o Patronato João Coimbra, inaugurado em 1926. Contudo, sob vários aspectos, o surgimento da vila de Tamandaré esteve bastante ligada ao antigo patronato, onde serviu como a primeira fonte de abastecimento de água do município.

Durante quase toda a primeira metade do século XX, Tamandaré permaneceu como uma pequena vila de pescadores e agricultores, onde se encontrava apenas uma igreja, uma escola e o comércio local. Segundo Santos “na década de 1940, as habitações em Tamandaré,

na sua maioria eram de palha, algumas de taipa, e muito poucas de alvenaria” (SANTOS, 2000, p. 31).

Figura 2 – Lazareto de Tamandaré, Pernambuco (1908)



Fonte - Josebias Bandeira, 2016.

Boa parte da história do município de Tamandaré se deu a partir de Rio Formoso, o qual pertencia. Esse município se destacou no cenário político e econômico no século XVII, quando houve a invasão holandesa, devido à monocultura da cana de açúcar, colocando-o numa posição de destaque no contexto da produção açucareira de Pernambuco.

O rio Formoso exerceu forte influência na ocupação da vila de Tamandaré, responsável pelo escoamento dos produtos, pela pesca e pelo fornecendo de subsídios para a agricultura. Possibilitou, também, o transporte da produção açucareira para o Recife e para o porto de Tamandaré, como citado anteriormente.

O turismo na vila de Tamandaré só começou a ganhar forças a partir de 1950, quando ainda era distrito de Rio Formoso, causando alterações na paisagem litorânea. Ainda nesse período, começa a consolidar-se a prática do veraneio ao longo da costa litorânea e a construção do Hotel Tamandaré, primeiro a funcionar nessa localidade. Mas a atividade turística só recebeu destaque na década de 1970, quando as pessoas passaram a buscar áreas para fins de lazer e turismo. Esse local ainda possuía baixa densidade demográfica e pouca influência econômica, mas com a descoberta de suas praias para as atividades turísticas, houve um aumento significativo na taxa de crescimento.

O crescimento do centro do município, antes denominado de Campinas, teve interferência dos trabalhadores das propriedades rurais e de pescadores. A maioria dos pontos

comerciais se localizavam no seu entorno, por ser próximo do Patronato e da Escola de Pesca. Nessa localidade, também era comum encontrar residências de funcionários públicos.

O declínio da atividade canavieira se deu a partir da década de 1980, devido à crise sucroalcooleira. Simultaneamente a esse acontecimento, observa-se o crescimento do setor terciário, com foco na atividade comercial e turística.

O turismo de segunda residência no município, ou seja, a ocupação por casas de veraneio surgiu de forma desordenada ao longo da costa, seguindo a formação de uma linha paralela ao mar, característicos de bairros que predominam esse tipo habitacional, a fim dos turistas e veranistas desfrutarem dos finais de semana e temporadas de férias. Segundo Firmino (2006), a origem de Tamandaré enquanto destino turístico corresponde ao tipo de ocupação, onde se percebe que já existia, antes da prática do turismo, um prévio assentamento humano, onde predominavam as atividades agrícolas e pesqueiras, as quais vindo sendo substituídas pela função turística.

De acordo com Lima (2006), a construção de condomínios foi de fundamental importância para o crescimento do turismo no município. O primeiro, construído em 1977, foi o Prive Tamandaré, conhecido como INABI, nome da imobiliária responsável pelas vendas. Outro estímulo turístico foi o Iate Clube Almirante Tamandaré, onde atualmente funciona a Colônia de Férias do SESI, Serviço Social da Indústria.

Foi nas praias de Tamandaré e de Campas que, inicialmente, se deu a ocupação dos veranistas, e ao longo do tempo, se prolongou por toda a costa, atingindo as demais praias do município, principalmente em direção ao norte, até a Praia dos Carneiros (PDPMT, 2000).

2.2 Caracterização da área de estudo

A Praia dos Carneiros está localizada no município de Tamandaré, inserido na Mesorregião da Mata Meridional, ou litoral Sul, do Estado de Pernambuco, limita-se ao norte com os municípios de Rio Formoso e Sirinhaém, ao sul com Barreiro, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Água Preta. Tamandaré possui cinco praias, sendo a Praia dos Carneiros a mais apreciada pelos turistas.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o município de Tamandaré foi emancipado do município de Rio Formoso em 28 de setembro de 1995, tendo como base a lei complementar nº 15 que permite a emancipação de distritos desde que a população seja superior a dez mil habitantes e eleitorado superior a 30%. Embora

Tamandaré seja relativamente nova, a localização do município é bastante antiga, tendo como denominação o resultado do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré (IBGE, 2014).

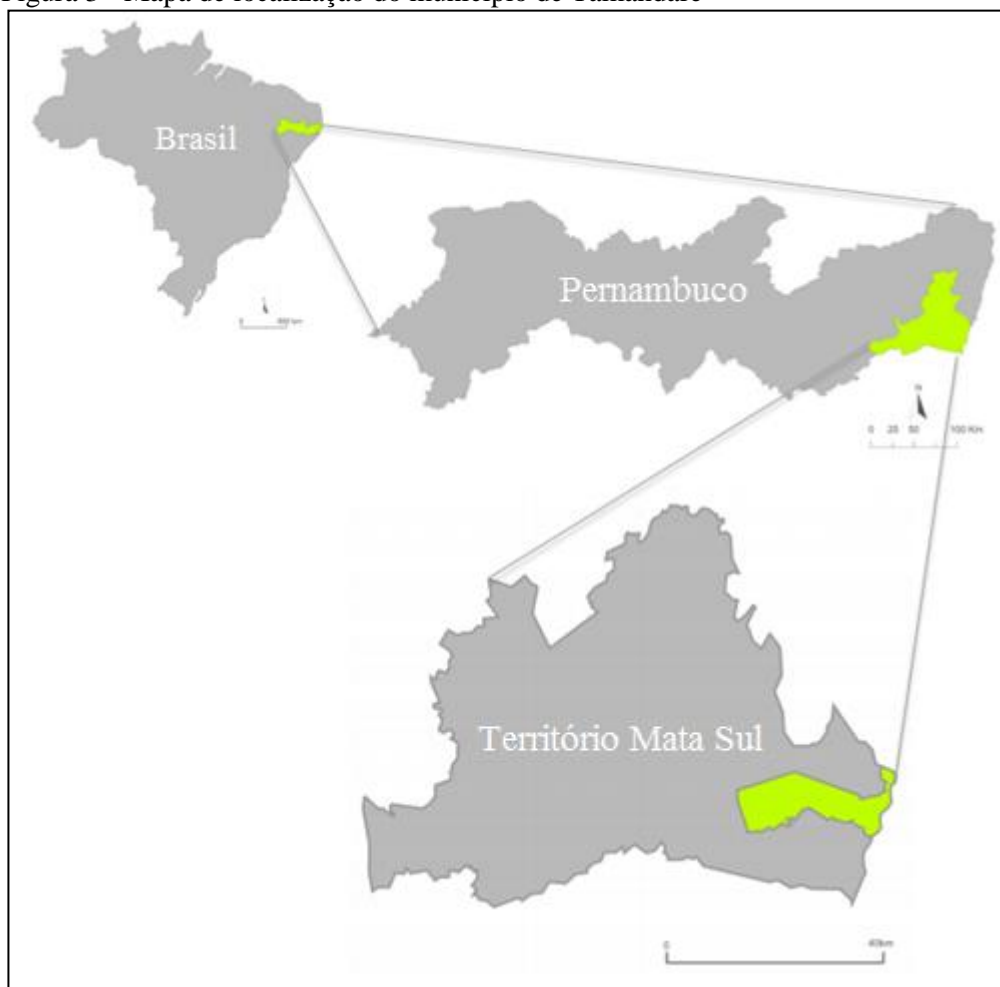
Não se tem certeza de onde se originou o nome Tamandaré. A história contada no município é de que a palavra Tamandaré provém do vocabulário tupi “Tamoindaré”, que significa “O Repovoador”. Segundo dados da CONDEPE/FIDEM (1992), na tradição indígena, havia um pajé de nome Tamandaré, a quem Tupã, o deus do trovão, revelou sua ideia de exterminar o homem e o escolheu para repovoar a região. A partir daí, quando aconteceu o cataclismo, inundando a terra, Tamandaré, juntamente, com sua família, se abrigaram numa arca até o dilúvio acabar. Há quem diga que Tamandaré significa o que se parece com um tamanduá, ou o que faz papel de tamanduá.

O município está localizado a 114 km de Recife, capital do Estado de Pernambuco, com acesso pelas vias BR-101 Sul, a PE-60 e a PE-72. Esta última dá acesso direto ao município. Tem, aproximadamente, 20.745 habitantes (IBGE, 2010), perfil econômico baseado na agropecuária, especialmente o cultivo da cana-de-açúcar e, particularmente, no turismo.

Tamandaré possui dois distritos: o distrito sede, em que a maior parte da população é urbana e o distrito de Saué, em que predomina a população rural. O distrito sede está localizado na faixa litorânea e apresenta forte expansão imobiliária, impulsionada pelo turismo. A sede é plana na faixa litorânea e, praticamente, toda a malha urbana contorna as praias, expandindo-se na direção norte, onde está localizada a Praia dos Carneiros.

A vegetação de florestas, que antes predominava no município, foi alterada pelo cultivo da cana de açúcar no centro e no oeste da região, restando uma parte remanescente da Reserva da Biosfera de Saltinho, gerenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Figura 3 - Mapa de localização do município de Tamandaré



Fonte – Marcela da Camara, 2014.

O Estado de Pernambuco se divide em Regiões de Desenvolvimento (RDs), visando o desenvolvimento local e regional, através da incorporação de territórios produtivos. Neste contexto, o município de Tamandaré integra a RD da Mata Sul, denominada RD-10, caracterizada pela produção de cana de açúcar e seus derivados, além do destaque para o setor de serviços, em especial, o turismo (CONDEPE/FIDEM, 2006).

No setor de serviços, a atividade turística desempenha forte influência no contexto econômico municipal, motivando uma série de setores da economia, ou seja, estimula a produção local, de forma pontual, através da demanda de serviços de alimentação, transporte e lazer. A atividade gera efeitos sociais e econômicos do turismo e, por sua vez, o Produto Interno Bruto (PIB) do município é impactado pelo setor de serviços, principalmente pela atividade turística que tem colaborado com o crescimento do número de condomínios de segundas residências, pousadas, hotéis, bares e restaurantes, entre outros.

Tabela 1 – Produto interno bruto (PIB) do município de Tamandaré.

Produto Interno Bruto (PIB)	Ano: 2000	Ano: 2013
	Em Mil Reais	Em Mil Reais
Valor adicionado bruto da agropecuária	4.539	11.417
Valor adicionado bruto da indústria	4.512	20.837
Valor adicionado bruto dos serviços	30.012	92.098

Fonte - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco, CONDEPE/FIDEM, 2015.

Comparando o PIB do município de Tamandaré no período de 2000 a 2013 (Tabela 1), fica visível o aumento ocorrido no setor de serviços. No ano 2000 o PIB a preço corrente foi calculado em R\$ 39.063 mil e em 2013 o PIB a preço corrente foi calculado em R\$ 124.325 mil, caracterizando a importância que vem tendo o setor de serviços, através do turismo no município, auxiliando no aumento da arrecadação dos impostos.

Em vista disso, a atividade turística surge como principal instrumento para o crescimento do PIB, arrecadação de impostos, renda *per capita* e geração de emprego no município. O turismo, nitidamente, tem trazido emprego e renda para Tamandaré, assim como tem possibilitado melhorias na infraestrutura local, atendendo aos grandes empreendimentos turísticos, porém tem representado pouca melhoria para a população residente.

O Índice de Desenvolvimento Humano (Tabela 2) de Tamandaré apresentou evolução entre 2000 e 2010. Segundo o IBGE (2012), o setor de serviços contribuiu com o crescimento e impulsionou o PIB e a Renda do município.

Tabela 2 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) no município de Tamandaré

IDH-M	Ano	Município	RD 10	Estado
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	2000	0.402	0.453	0.544
	2010	0.593	0.603	0.673

Fonte – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco, CONDEPE/FIDEM, 2015.

Mesmo com o crescimento do IDH-M de Tamandaré, o município se encontra na posição de 4.742, apresentando indicadores muito abaixo dos municípios da Região de Desenvolvimento (RD) da Mata Sul de Pernambuco (PNUD, 2000).

Analisando os impactos do setor de serviço na esfera socioeconômica de Tamandaré, através do PIB e do IDH-M, percebe-se um paradoxo nos dados apresentados, relevando um cenário de contrastes no qual está inserido o município. O desenvolvimento econômico

verificado, destacando o setor de serviços, especialmente o turismo, não retrata um desenvolvimento humano no município, levando em consideração os aspectos relacionados a educação e renda. Considera-se, então, que a melhoria no índice de desenvolvimento humano e a maior participação do setor de serviços no produto interno bruto, pode estar relacionado à propagação do turismo, com o aumento significativo da infraestrutura local e dos meios de hospedagens.

O município possui uma orla com 12,63 km de extensão (GERCO/PE, 1998), com topografia suave, dividida em cinco praias: a Praia dos Carneiros, a Praia de Campas, a Praia de Tamandaré, a Praia do Pontal do Lira e a Praia da Boca da Barra. Essas praias atraem milhares de turistas de diversas partes do país e do exterior ao longo do ano. A faixa litorânea é constituída por ecossistemas e biodiversidade, como a praia, os coqueiros, os manguezais, os rios, a fauna e a flora, mas também abrigada edificações como o Forte Santo Ignácio de Loyola, conhecido como Forte de Tamandaré, as igrejas de São Pedro e São Benedito, entre outros.

A Praia dos Carneiros (Figura 5) delimita-se, ao Sul, pela a Praia de Campas, por onde se liga ao continente, ao Norte, pela foz do rio Formoso, a Leste, pelo Oceano Atlântico e, a Oeste, pelo rio Ariquindá. Possui cerca de 7 km de extensão e se destaca por ser considerada uma das praias mais bonitas do Brasil, apresentando certa rusticidade, com fazendas de coqueiros e áreas quase intocadas tanto públicas, como particulares. Contudo, começa a perder suas características originais, quando a exploração comercial dos coqueirais, passa a dar lugar ao turismo, devido a maior rentabilidade dos meios de hospedagem. Com relação à vegetação, na praia e no seu entorno, encontram-se manguezais, matas de restinga e trechos de mata atlântica. Os coqueiros se estendem por toda a faixa litorânea, onde se encontra a Capela de São Benedito, datada do século XVIII.

No trecho onde os recifes de corais se aproximam da praia, observa-se a presença de vegetação de mangues. Existe a possibilidade de ancoragem de embarcações de pequeno porte na maré baixa e de médio e grande porte, na maré alta.

A origem do nome veio através de José Henrique Carneiro, herdeiro e proprietário da praia. Ao morrer, deixou-a para seus filhos, e o sobrenome da família, então, passou a denominar a área. Atualmente, existe mais de vinte e cinco proprietários de terrenos na Praia dos Carneiros. Praticamente toda a extensão da costa litorânea é cercada por propriedades privadas (sítios construídos por terras herdadas pelos atuais proprietários), além de pousadas,

condhotéis⁶, condomínios fechados e restaurantes, o que de certa forma, dificulta o acesso público à praia (Figura 4).

Figura 4 – Placa indicando acesso privado à Praia dos Carneiros



Fonte - Autora, 2016.

O cenário aqui exposto demonstra alguns motivos que justificam a Praia dos Carneiros como área de interesse turístico. Destaca-se a existência de investimentos e projetos turísticos aprovados, voltados à implementação de equipamentos de hospedagem de grande porte nesse ambiente costeiro. Estudos realizados nessa área apontam que há uma tendência de uma maior inserção da Praia dos Carneiros no processo de turistificação existente no litoral Sul pernambucano. Esse desenvolvimento turístico vem ocorrendo devido ao parcelamento, uso e ocupação do solo, através dos poderes públicos e da iniciativa privada.

Dessa forma, fica evidente que na Praia dos Carneiros, há forças que atuam, em maior ou menos escala, no desenvolvimento turístico local, semelhante ao turismo realizado em outros litorais no Nordeste brasileiro, numa fase mais avançada da atividade turística, como é o caso de Porto de Galinhas, Tibau do Sul, Costa do Sauípe, entre outras.

⁶ Empreendimento hoteleiro com unidades autônomas com escritura definitiva, administradas por uma rede hoteleira.

Figura 5 - Praia dos Carneiros, Tamandaré



Fonte – Autora, 2016.

A Praia de Campas delimita-se, ao Sul, com a Praia de Tamandaré pela Igreja de São Pedro e, ao Norte, com a Praia dos Carneiros pelo Hotel Marinas de Tamandaré, com cerca de 5 km de extensão. Possui uma barreira de recifes de corais e uma faixa de 60 metros de areia, na maré baixa. Nessa praia, pode-se avistar a Ilha de Santo Aleixo, situada no município de Sirinhaém. É nela que está localizada a antiga Igreja de São Pedro. Existe a possibilidade de ancoragem para embarcações de pequeno e médio porte. A ocupação humana é marca pela presença de meios de hospedagens, como as segundas residências mais abastadas e condomínios fechados. Conta com atrativos como, barracas, bares, restaurantes, onde já se percebe o comércio formal e informal.

Figura 6 – Praia de Campas, Tamandaré



Fonte – SESI, 2015.

A praia mais urbanizada do município é a de Tamandaré, na qual está localizado o centro da cidade. Está situada entre a Praia do Pontal do Lira, ao Sul, e a Igreja de São Pedro, que demarca seu limite com a Praia de Campas, ao Norte, compreendendo um trecho de 2km de extensão. O cenário é marcado pela presença da Igreja de São Pedro. Na alta estação, fica completamente tomada por turistas e veranistas. Dispõe de paisagem com coqueiros e água tranquila, oferecendo a possibilidade de banho de mar, mergulho e até ancoragem para pequenas embarcações. Possui comércio formal e informal, com estrutura de quiosques, bares, restaurantes e equipamentos de serviços turísticos, como pousadas e segundas residências na orla marítima.

Figura 7 – Quiosques na Praia de Tamandaré, Tamandaré



Fonte – Autora, 2016.

Mais ao sul, está localizada a Praia do Pontal do Lira, situada entre a Praia da Boca da Barra, ao Sul, e a Praia de Tamandaré, ao Norte, com 1km de extensão. A vegetação é composta por coqueiros e ao longo da costa, verifica-se a presença de recifes de corais, águas tranquilas, proporcionando, em maré baixa, uma faixa de areia de quase 70 metros e ancoragem para pequenas e médias embarcações. A praia encontra-se em razoável estado de preservação. O forte e o farol de Santo Inácio de Loyola, propriedades da Marinha Brasileira, estão localizados nessa praia.

A utilização de diques de contenção nas segundas residências, na parte central da praia, indica um forte processo erosivo na região. Observa-se, também, o comércio formal e informal na praia.

Figura 8 – Praia Pontal do Lira, Tamandaré



Fonte – SESI, 2015.

Por fim, a Praia Boca da Barra, está localizada entre a foz do rio Carro Quebrado ou Mamucabas, e a Praia do Pontal do Lira, é a mais deserta das cinco praias do município, tem cerca de 2,5km de extensão. A paisagem é composta por bancos de areia e mangues, devido o encontro do rio Mamucabas com o Oceano Atlântico. Na costa encontram-se os recifes de corais, e mais ao sul, formam-se as piscinas naturais na maré baixa. A ocupação humana é marcada por segundas residências e não há presença de comércio formal, nem informal na região. É nesta praia que se encontra a Área de Preservação Ambiental (APA) Costa dos Corais.

Para tanto, as potencialidades turísticas do município são constituídas pelo patrimônio natural e histórico-cultural, justificando, dessa forma, sua incorporação em projetos de conservação ambiental, como Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais, a APA Estadual de Guadalupe, a Reserva Biológica (REBIO), Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola, além de fragmentos remanescentes de Mata Atlântica.

A APA Estadual de Guadalupe⁷ está localizada ao sul de Tamandaré, ocupando 44.799 há, sendo 32.135 há de área continental e 12.664 há de área marítima. Recentemente foi criada a APA Costa dos Corais, maior unidade de conservação marinha do Brasil, desenvolvida com o intuito de proteger os recifes de corais localizados entre o litoral sul de Pernambuco e o norte de Alagoas.

⁷ Criada pelo Decreto Estadual 19.815/97, com o objetivo de conservar seus sistemas naturais essenciais à biodiversidade e compreende parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros e Tamandaré.

Em se tratando dos aspectos físicos, de acordo com o PDPMT (2010) do município, o mesmo possui altitude da sede de 8 metros. A sua bacia hidrográfica é composta pelos Rios Una, Mamucabas, Arinquidá e Ilhetas. O seu clima é típico da região a ser considerado, chamado de “pseudo-tropical” costeiro, quente e úmido, com meses mais chuvosos entre março-julho, com estações do ano bem definidas, uma chuvosa e outra seca, e com temperatura média anual de aproximadamente 25°C. Tais características tornam a vegetação bastante diversificada, com a predominância de floresta subperenifória bem densas.

Associado a esse ecossistema, conta-se com uma fauna rica em diversidade, com diversas espécies de animais marinhos que desempenham papel relevante para a subsistência das comunidades que vivem no município.

É importante destacar que a base econômica do município está ligada à agropecuária, sua principal atividade, à produção de derivados da cana de açúcar, como também à construção civil, ao turismo e a prestação de serviços através dos meios de hospedagens. Além disso, Tamandaré encontra-se em processo de implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, financiados pelo PRODETUR/NE⁸, e uma unidade de triagem e compostagem de resíduos sólidos, com recursos do PROMATA.

Nas áreas costeiras, o turismo ainda é explorado de maneira muito primitiva, o que se deve à carência de infraestrutura básica, mesmo que, em alguns locais, a atividade já esteja mais consolidada, com infraestrutura de resorts, hotéis, pousadas, segundas residências, entre outros. Contudo, ele se apresenta como uma das principais potencialidades regionais e do município, tais como o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural (PDPMT, 2010).

A faixa litorânea é constituída por ecossistemas e biodiversidade, como a praia, os coqueiros, os manguezais, os rios, a fauna e a flora. O município conta com muitos pontos turísticos que atraem turistas e veranistas o ano todo, como por exemplo, os passeios de catamarã que tem como roteiro a Praia dos Carneiros e vai até um banco de areia, passando pelo rio Ariquindá (Figura 9) e pelo rio Formoso, à Praia de Guadalupe, para um banho de argila; antigas igrejas e a moderna Nova Matriz de São Pedro, que se localiza às margens do Oceano Atlântico, na Praia de Campas.

⁸ O PRODETUR/NE, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, foi criado para expandir e melhorar as atividades turísticas e a qualidade de vida da população da Região Nordeste, através de créditos para o setor público.

Figura 9 – Rio Ariquindá, Tamandaré



Fonte – Autora, 2016.

A Igreja de São Pedro (Figura 10) foi construída no século XIX tem características do estilo neoclássico brasileiro, com destaque para seu altar e coro trabalhados, onde se encontram as imagens do seu padroeiro. No seu frontão, está localizado uma cruz em madeira, possui três janelas, duas na nave e uma no corredor lateral. Aos domingos tem missa e/ou casamentos e sua entrada só é possível quando a maré está baixa.

Figura 10 - Igreja de São Pedro, Praia de Campas, Tamandaré



Fonte - Autora, 2016.

A Igreja de São José das Botas (Figura 11), erguida à beira mar em propriedade particular, no final do século XVIII e início do século XIX em estilo Barroco, foi construída para homenagear São José de Botas. Em seu frontispício situa-se o brasão de São José das Botas composto por um serrote, um compasso, cajado e régua. Apesar de tombada pelo Patrimônio Histórico, a edificação atualmente encontra-se em ruínas.

Figura 11 – Igreja de São José das Botas, Tamandaré



Fonte – Autora, 2016.

Outra igreja que também atua como atrativo turístico, conhecida com atração-símbolo, é a Igreja de São Benedito, conhecida com “Capelinha dos Carneiros”, está localizada na praia de mesmo nome. Foi construída no ano de 1910, possui arquitetura simples e está contornada por diversos coqueiros. Seus acessos são por estradas de terra ou por propriedades particulares. Realiza casamentos e batizados durante o final de semana.

Figura 12 - Igreja de São Benedito, Praia dos Carneiros, Tamandaré



Fonte – Ricardo Freire, 2014.

O forte de Tamandaré, denominado de forte Santo Inácio de Loyola, também chamado de Fortaleza da Barra Grande, foi cenário importante para vários acontecimentos históricos,

como por exemplo, a Guerra dos Mascates, a Revolução Republicana de 1817 e a Guerra dos Cabanos⁹. Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, essa edificação serviu de alojamento para tropas do exército que defendiam o litoral brasileiro. Está localizado na enseada de Tamandaré, funcionando como atrativo turístico, e é considerado o símbolo do município, sendo o único forte Pernambucano fora da Região Metropolitana do Recife. O farol de Tamandaré localizado junto ao forte foi construído no ano de 1902 para guiar os navios que entravam e saíam do município e também funciona como atrativo turístico.

Atualmente, está sendo feita uma requalificação da edificação, por meio de serviços de revestimento de paredes e teto, pinturas nas fachadas, reposição de esquadrias, monitoramento arqueológico, instalações elétricas e hidrossanitárias, tratamento paisagístico do entorno, entre outros, que segundo o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ampliará os atrativos do município de Tamandaré (Diário de Pernambuco, 2015).

Figura 13 - Forte Inácio de Loyola, localizado no município de Tamandaré, Pernambuco



Fonte – Juliana Leitão, 2015.

⁹ Durante esse período, entre 1831 a 1836, o forte de Tamandaré serviu como prisão e abrigo para tropas que partiam de Recife em direção ao interior do estado.

Figura 14 - Farol de Tamandaré, Tamandaré



Fonte – José Rodolpho Assenço, 2014.

Em se tratando de atrativos turísticos no município de Tamandaré, sem dúvida, os recifes de Corais e as piscinas naturais, são os destinos mais procurados pelos turistas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2006), o Brasil é o único país do Atlântico Sul que possui recife de corais. Eles abrangem uma diversidade enorme de plantas e animais, com ecossistemas variados, possuindo uma grande importância turística e econômica, pois servem como fonte de turismo, alimento e renda para muitas pessoas. Os recifes de corais são “desenhistas” das piscinas naturais em Tamandaré, se formando a poucos metros da praia. Parte dessas áreas formam parte da APA dos Corais, protegidos por leis brasileiras.

Figura 15 - Vista aérea dos recifes de corais e piscinas naturais, Tamandaré



Fonte – André Brasileiro, 2015.

Outro atrativo turístico do município é o mirante do Oitizeiro, uma árvore centenária localizada na encosta de um morro. Conta-se que, no passado, os pescadores a usavam como ponto de referência para encontrar o porto quando estavam no mar. Neste local, atualmente, ocorre a festa do Oitizeiro, homenagem a São Pedro, padroeiro do município, onde são feitas apresentações artísticas e passeios ciclísticos, além de comidas e bebidas típicas.

As festas populares que ocorrem no município são a Festa de São Pedro e a de Santo Inácio de Loyola. A primeira é articulada pela Colônia de Pescadores e pela Prefeitura Municipal de Tamandaré, e faz homenagem ao padroeiro do município, realizada no mês de junho. A festa que homenageia Santo Inácio de Loyola se efetua no mês de julho. Ambas as festas são de caráter religioso, com manifestações teatrais e folclóricas, comercialização de comidas e bebidas para moradores locais, turistas e veranistas.

Desse modo, pode-se observar, com a descrição dos elementos culturais e naturais, o rico potencial turístico do município. Identifica-se a formação de uma infraestrutura turística que vem sendo desenvolvida através dos atrativos turísticos, aliados a demanda por meios de hospedagens, como por exemplo, as segundas residências, presentes nessa localidade.

3 SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ - PE

3.1 Demanda por veraneio na Praia dos Carneiros

O estado de Pernambuco possui 187 quilômetros de litoral, abrangendo 21 municípios, com maior parte dos investimentos turísticos e imobiliários voltados para a mata Sul. Tais municípios são: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande.

Segundo Teixeira (2014), em Pernambuco, o número de construções por meios de hospedagem teve um grande crescimento nos últimos anos. Conforme estudos elaborados pelo PRODETUR/NE (2003), o turismo mais realizado é o de segunda residência, sendo 50% turistas da própria região. Além disso, 95% dos turistas são brasileiros e 5% estrangeiros.

A atividade turística se apresenta como uma das maiores responsáveis pelo processo de ocupação recente da zona costeira de Pernambuco, sendo considerado, em conjunto com outros fatores, a exemplo da construção de casas de veraneio, o principal determinante da intensificação da urbanização do litoral. Ao requerer a implantação de infraestrutura de apoio como hotéis, pousadas, restaurantes, bares e outros equipamentos destinados a atender a demanda cada vez maior, dos fluxos internos e externos de turistas, tem a referida atividade se constituindo no mais importante fator de urbanização da zona costeira (CARVALHO, 2009, p. 57).

A atividade turística de Tamandaré exerce forte influência no cenário econômico da cidade e dos municípios no seu entorno. A ocupação pelo turismo e veraneio, como citado anteriormente, se deu a partir dos anos de 1950, quando ainda era distrito de Rio Formoso, causando alterações na paisagem litorânea. Contudo, foi a partir da década de 1970 que, de fato, a atividade turística passou a exercer um papel de destaque no cenário local, com a adesão de maior quantidade de pessoas na busca por veraneio e lazer.

De acordo com Firmino (2006), a partir da década de 1980, é constatado um crescimento no turismo em Tamandaré, devido à ocupação por casas de veraneio, condomínios e prives, ainda que de modo relativamente desordenado, consolidando-se no município o turismo de segunda residência. A ocupação das áreas para a construção de casas de veraneio se deu através de parcelamentos regulares do solo, e à medida que a ocupação foi se dando, os proprietários foram desmembrando seus lotes para criar novas unidades habitacionais, o que ocasionou um desordenamento da ocupação.

Contudo, segundo Rodrigues (2001), nesse período, houve um agravamento da crise econômica brasileira. Dessa forma, a classe política vê a atividade turística como alternativa econômica, com a capacidade de crescimento da economia nos estados nordestinos.

É nesse sentido que surge o PRODETUR/NE, no qual o andamento se deu através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da iniciativa do setor público, a fim de impulsionar a economia regional através das atividades turísticas e melhorar a qualidade dos serviços urbanos e da população. No estado de Pernambuco, o PRODETUR/NE, formulou o Projeto Costa Dourada, promovendo o desenvolvimento local através do setor turístico no litoral Sul, incluindo o município de Tamandaré.

Com a intenção de mostrar interesse político pelo Projeto Costa Dourada, foi criado pelo governo do estado, o Centro Turístico de Guadalupe (CTG), abrangendo os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, compreendendo as áreas mais visadas nessa região, sendo elas a Praia de Carneiros, Guadalupe e Gameleira. Com a imposição do CPRH¹⁰ para o licenciamento ambiental do CTG, foi criada pelo decreto estadual nº 19.635/1997 a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, que será estudada mais adiante.

A partir das décadas de 1990 e 2000, intensificaram-se as construções de estruturas para acomodações como pousadas, condomínios, chalés, prives e hotéis em Tamandaré, trazendo crescimento populacional para o município. Na Praia dos Carneiros, praticamente todos os equipamentos de hospedagem surgiram a partir dessa época.

Tabela 3 - Taxa de crescimento populacional no município de Tamandaré, Pernambuco

Área de Indicadores Demográficos	Ano	Município	RD	Estado
Área (Km²)	2010	214.306	5.175.996	98.146315
Densidade Demográfica (hab/km²)	2010	96.66	141.70	89.63
Taxa de Urbanização	2010	73.23	73.40	80.17
Taxa Geométrica de Crescimento Populacional – 2010 (%aa)	2010	1.83	0.97	1.06

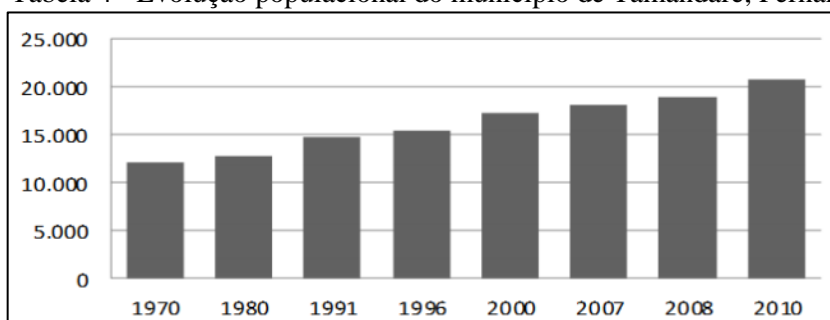
Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010.

¹⁰ Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), atualmente denominada de Agência Estadual de Meio Ambiente, é responsável pela realização de políticas estaduais do meio ambiente. Trabalha no combate a poluição, na proteção e conservação do meio ambiente, na educação ambiental e no desenvolvimento de pesquisas, afim de garantir melhor qualidade ambiental para a região.

A taxa de crescimento populacional, segundo o IBGE (2010), entre os anos de 1991 a 2000 foi de 1,75%. Entre os anos de 2000 a 2010 foi de 1,83% comparando ao estado de Pernambuco que nesta mesma época foi de 1,06%, representa um grande crescimento populacional que a região vem sofrendo, especialmente devido à emigração das pessoas do campo para os centros urbanos e o crescente número de veranistas. Além disso, o contato com a natureza constitui uma das principais motivações que levam os turistas e veranistas ao município, e conseqüentemente, acarreta crescimento da população local.

A população urbana no ano de 2000 foi de 11.540 habitantes, já no ano de 2010 o município passou a ter 15.170 habitantes. Já a população rural no ano de 2000 foi de 5.733, e no ano de 2010 passou a ter 5.545 habitantes. Com essa análise percebe-se o grande crescimento da população urbana e a diminuição da população rural, e com isso, a necessidade de implantação de novos equipamentos urbanos e turísticos, a fim de atender às necessidades da população local, dos turistas e veranistas (IBGE, 2010).

Tabela 4 - Evolução populacional do município de Tamandaré, Pernambuco



Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010.

Dessa forma, com o crescimento populacional de Tamandaré, aliado ao desenvolvimento da infraestrutura que o município desenvolveu, investidores do grupo Gramado-Parks, que comandam uma rede de Resorts de alto padrão, estão interessados em construir um Resort e um parque aquático, semelhante ao Beach Park Fortaleza, no município. Tem-se uma expectativa que esse empreendimento possa gerar mais de 2000 mil empregos diretos e indiretos. Conforme expôs o arquiteto do projeto, Fred Moreira (2016), a escolha por Tamandaré foi devido à infraestrutura que o município desenvolveu nesses últimos anos e foram importantes para inseri-lo na rota do turismo e para atrair investidores.

Uma pesquisa feita pela EMPETUR (2016), que traça o perfil do turismo no município, aponta que mais de 50% do público que vai para Tamandaré, utiliza a residência secundária como meio de hospedagem, seja ela casa de amigos, casa própria ou até mesmo de aluguel.

zoneamento ambiental, da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe e do Plano Diretor de Tamandaré, elaborados respectivamente em 2011 e 2001.

O zoneamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal nº 6938/81, baseia-se na divisão do território em áreas onde “se autorizam determinadas atividades ou restringe-se, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras” devido às características ambientais e socioeconômicas de cada local. São constituídos diferentes tipos de zonas através do zoneamento ambiental, nas quais o Poder Público estabelece regras gerais e especiais de uso na busca pelo avanço e recuperação da qualidade ambiental e do bem-estar dos usuários.

O Decreto Federal 4297/2002 normatiza o zoneamento ambiental, também conhecido como zoneamento ecológico-econômico (ZEE), como sendo um equipamento que coordena o território, devendo seguir planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O zoneamento ambiental se caracteriza por considerar aspectos ambientais e socioeconômicos de cada região a ser zoneada. À vista disso, esse tipo de zoneamento, ao dividir espacialmente as atividades, considera a importância ecológica, as limitações dos ecossistemas, as potencialidades, entre outros, determinando as restrições e alternativas de exploração da área.

Agindo como instrumento de planejamento territorial, o zoneamento ambiental visa o desenvolvimento sustentável. Em consequência da divisão de determinado território em zonas com diferentes usos, estudos ambientais e socioeconômicos serão realizados, com negociações entre o governo, o setor privado e a sociedade civil sobre estratégias, além de alternativas que tenham como objetivo promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a legislação ambiental brasileira, Área de Proteção Ambiental é aquela que tem como objetivo conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais pela adequação das atividades humanas às características ambientais da área, seus potenciais e limitações. Na APA, pode-se estabelecer normas e restrições para o uso de propriedades privadas localizadas em uma área de proteção ambiental tendo em vista garantir o uso sustentável, com ocupações e explorações controladas para não prejudicar os ecossistemas da região.

Segundo consta no Plano de Manejo da APA de Guadalupe (2011), a Zona de Turismo, Veraneio e Lazer é integrada pela área urbana de Tamandaré, incluindo a Praia dos Carneiros, parte da área rural de Rio Formoso, próximo à zona estuarina e loteamentos litorâneos das praias de Guadalupe, Gamela, Guaiamum e Barra de Sirinhaém, em Sirinhaém. O decreto de criação da APA de Guadalupe, Decreto Estadual Nº 19.635 de 1997, estabeleceu, em conformidade com o que já dispunha a Resolução CONAMA Nº 10 de 1988, a necessidade de se proceder ao zoneamento ecológico-econômico da unidade, indicando diretrizes e normas de uso e ocupação. O zoneamento da APA de Guadalupe foi estabelecido por meio do Decreto Estadual Nº 21.135 de 1998, definindo cinco zonas com suas respectivas localizações, metas ambientais e restrições de uso especificadas (Plano de Manejo APA de Guadalupe, 2011, pg.17).

Figura 17 - Mapa de zoneamento ecológico econômico da APA de Guadalupe



Fonte – Agência Pernambucana de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (CPRH). Modificado por Vanessa Lira em maio de 2006.

Legenda

- Faixa de praia
- Mar
- Rio Arirundá
- Setor de Esporte, Lazer e Turismo
- Reserva morros
- Restinga
- Praia dos Carneiros
- ZEIS - Zonas Especiais de Interesse e Social
- Setor Especial de Esportes
- Zona de Uso Misto
- Mangue
- Terminal Turístico
- ZEPH - Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
- Expansão Urbana
- Corredor Ecológico

A Praia dos Carneiros constitui uma das três subzonas do Plano de Manejo da APA de Guadalupe, merecendo atenção especial e com objetivos específicos. É uma região bastante visada pelos empreendimentos turísticos e imobiliários, onde o desenvolvimento de atividades de turismo de veraneio e Turismo de Sol e Praia, nos trechos litorâneos são considerados entre

os mais agradáveis da costa de Pernambuco. Entretanto, esse aspecto ocasiona problemas nas áreas, especialmente na época de alta estação, quando o fluxo de pessoas é bastante intenso.

Buscando melhorar a qualidade da vida urbana, o desenvolvimento sustentável e a valorização da paisagem, os objetivos gerais da Zona de Turismo, Veraneio e Lazer são: "Ocupação imobiliária ordenada, aliada à conservação ambiental; atividades turísticas adequadas ambientalmente; valorização da paisagem e do patrimônio histórico e cultural (material e imaterial); controle ambiental realizado em parceria com municípios; condução de Programas de Educação Ambiental continuada, das naturezas formal e informal" (Plano de Manejo da APA de Guadalupe, 2011, p. 29).

A Praia dos Carneiros foi delimitada da linha média de preamar até o limite da Via Litorânea (Via Contorno de Carneiros), têm os coqueirais com elemento caracterizador da área, principais elementos da paisagem cultural do litoral pernambucano. Para tanto, o Plano de Manejo da APA de Guadalupe menciona que: "É um destino turístico cobiçado e valorizado justamente pela baixa taxa de ocupação e aspecto dos antigos sítios de praia" (Plano de Manejo da APA de Guadalupe, 2011, p. 30).

O Plano de Manejo da APA de Guadalupe (2011) cita ainda que são tolerados empreendimentos turístico-hoteleiros desde que em observância às normas deste zoneamento quanto à ocupação do terreno, com projetos arquitetônicos integrados à paisagem e devidamente licenciados, com especiais cuidados em relação ao sistema de coleta e tratamento de esgotos, reuso da água, coleta e destinação de resíduos sólidos e manutenção de área verde.

Além disso, consta no Plano Diretor de Tamandaré que os objetivos gerais são garantir a preservação do meio ambiente natural e cultural e o desenvolvimento sustentável do município. O Artigo 34º do mesmo define a lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o zoneamento e a aplicação das diretrizes de política urbana.

Desse modo, no Artigo 60º do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Tamandaré, define-se que as zonas hoteleiras (ZH), correspondem às áreas onde a ocupação deverá privilegiar usos e ocupações relacionados à indústria do turismo, de modo compatível com os princípios da sustentabilidade. O Artigo 63º menciona que serão permitidos e priorizados os usos econômicos associados à hospedagem e ao desenvolvimento do turismo, respeitando o desenvolvimento sustentável.

Segundo Gomes (2013), o parcelamento, uso e ocupação do solo influenciam o turismo, pois foi através desta atividade que se intensificou a ocupação do espaço através do turismo

de segunda residência e a expansão hoteleira. Este vem crescendo ao longo da orla marítima de Tamandaré, principalmente da Praia dos Carneiros. O uso e ocupação desse espaço são temporários, devido à utilização pelos veranistas, principalmente, na alta estação do turismo.

A beleza das paisagens e a biodiversidade dos ecossistemas da Praia dos Carneiros evidenciam o seu considerável potencial turístico. Destacam-se como alguns de seus principais atrativos: o mar; os rios; com seus estuários; que atravessam Tamandaré de leste a oeste; os arrecifes; as coroas; os bancos de areia; as piscinas naturais; e a Capela de São Benedito (FIRMINO, 2006, p. 128).

Em virtude desses atrativos turísticos, aliado a uma maior rentabilidade por partes dos proprietários, a região passa a ser estrutura de acomodações para atender a demanda vigente. O início do turismo nessa região se deu a partir do aluguel das casas nos sítios existentes e, nos dias atuais, a Praia dos Carneiros é constituída por propriedades rurais e empreendimentos turísticos que, em sua maioria, são pousadas e chalés.

A ocupação dos espaços costeiros da Praia dos Carneiros se intensificou, ainda mais nos últimos anos, com a construção da ponte sobre o Rio Ariquindá, em janeiro de 2012. Com pouco menos de 300 metros de extensão, a ponte permitirá ao turista chegar à Praia dos Carneiros sem a necessidade de passar pelo centro de Tamandaré, constituindo um atalho que gerará uma economia de 35 km. Contudo, mesmo com esses equipamentos turísticos, atualmente, ainda há uma escassez de residências secundárias perante a demanda.

3.2 Tradições construtivas das grandes cidades em locais de veraneio

A sociedade brasileira é marcada por grandes desequilíbrios sociais que reflete o enriquecimento de poucos e o empobrecimento de muitos. O resultado disso está na grande parcela da população com precárias condições de vida. Isso ocorre devido à falta de acesso a serviço, emprego e moradia, e uma das consequências disso está no aumento da violência e da criminalidade urbana.

É comum as pessoas expressarem preocupação pela segurança, reforçando o processo de segregação, medo e violência, aos quais os moradores das grandes cidades estão sujeitos. Geralmente habitantes dessas localidades, que detêm algum poder aquisitivo, procuram viver dentro de “murallas”, com residências que se fecham para as ruas. Há também os condomínios, de casas ou apartamentos, que possuem guaritas e sistemas de vigilância que

transmitem algum tipo de segurança, criando espaços que, segundo a interpretação de Leitão (2009), são conhecidos como “cidadelas¹¹”.

Dessa forma, a construção de muros altos e “cegos” tornam-se cada vez mais presentes tanto na paisagem urbana dos grandes centros, como nas das cidades litorâneas, como por exemplo, nas residências secundárias, sejam em lotes isolados, seja em condomínios, separando-as do seu entorno imediato. São como divisões territoriais de uma sociedade que se encaminha cada vez mais para a desigualdade social. Os espaços públicos passam a ser mal vistos e as ruas se restringem a locais de passagem de pedestres e veículos. Entende-se, com isso, que a arquitetura e o urbanismo podem ocasionar diversas oportunidades para a prática da criminalidade, através das características que impõem no ambiente construído.

A negação a rua, espaço de fundamental importância para a vida urbana, trás uma série de consequências, como por exemplo, a dissociação com o entorno. No Brasil, o ambiente urbano se estabeleceu em torno da casa, entendida como símbolo do espaço privado, assumindo as funções da casa grande brasileira. Para Caldeira (2000), a herança da casa grande está cada vez mais presente na vida das classes médias e altas, uma vez que os serviços são controlados e administrados pelos próprios condomínios ou empresas terceirizadas, em relação semelhante às pessoas que moravam na casa patriarcal e faziam os serviços domésticos. Os antigos vínculos não desaparecem apenas o contexto e a época modificaram.

Com ponto de vista semelhante, Leitão (2009) aponta que a paisagem urbana e social brasileira tem como símbolo a casa grande¹², ícone do sistema patriarcal desde a colônia aos dias de hoje. Tornou-se elemento gerador do ambiente construído que caracteriza as cidades brasileiras e é ícone do espaço privado. Assim, é importante destacar a relação existente entre a casa patriarcal e a rua que surge a partir dela. A edificação expressou tanto valores sociais como também os confirmou, criando, no homem, costumes e hábitos muitos característicos da sociedade brasileira. À vista disso, entende-se que essa sociedade se estruturou de forma a negar a rua. Um desenho espacial e arquitetônico voltado para dentro, de costas para o ambiente público. Para tanto, fica claro a profunda rejeição à rua, espaço público de fundamental importância para a vida urbana.

¹¹ Espaços que restringem ao mínimo o contato com a sociedade exterior, implicando na procura por dotar esses locais de todas as necessidades.

¹² Marcas de centralismo, privatismo e domesticidade apontadas por Gilberto Freyre.

A questão que se traz é que os senhores não se misturavam aos povos, ou seja, não se ia à rua e, conseqüentemente, não se vivenciava o espaço público. Esse ambiente tornou-se, então, local sem prestígio, ambiente de marginalizados que, nos dias de hoje, aparece como o espaço da insegurança e do perigo. É como se um muro simbólico tivesse sido construído entre a vida familiar e o espaço público. Nesse sentido, Leitão (2009) expõe:

(...) o uso e a função da rua na cidade brasileira não surgem ao acaso, mas, sim, como produto de uma construção social centrada na casa, no espaço privado, portanto, tecida ao longo dos anos que contam a vida brasileira (LEITÃO, 2009, p. 44).

Leitão (2009) analisa a planta baixa dessa casa, notando que ela é totalmente voltada para dentro da residência. É interessante destacar a localização da sala de visitas, voltada para o exterior, utilizada somente pelo dono da casa quando recebia convidados. Esse ambiente funcionava, apenas, como um elemento a mais para separar a vida doméstica do espaço público. Nesse sentido, as mulheres e crianças vivem em dois outros espaços, a sala de viver e a cozinha, cuja localização confirmou ainda mais a domesticidade que existia na época. Esses espaços eram mais confortáveis do que os outros cômodos da casa, com aberturas que permitiam a passagem de luz e ventilação através de espaços livres existentes na parte posterior da residência. Outro ponto a ser analisado é o modo de construir da casa grande, com afastamentos do nível do chão, anunciando, ainda mais, a distinção e a prepotência da nobreza.

Como se vê, não surpreende a forma como a rua brasileira tenha nascido desprestigiada e feia, sendo concebida, apenas, como caminho, local de passagem. O seu não reconhecimento pode ser compreendido a partir de três pontos: o uso plebeu, a função de circulação e a forma residual.

Nos dias de hoje, o espaço privado se materializa na construção, cada vez mais acelerada, de condomínios fechados, cuja principal característica é o fato de se constituírem em ambientes que se fecham em si mesmos, ou seja, para a rua. Nesses espaços estão sendo difundido, além do modo de habitação condominial, um estilo de vida, uma forma de morar, onde um espaço privado construído, afastado da vida urbana, está cada vez mais sendo valorizado. Dessa maneira, diversos meios para atrair pessoas para esses condomínios são implantados, especialmente através do marketing, onde são difundidos ofertas de serviços, de

modo que seus moradores possam usufruir dos espaços ali presentes e, ao mesmo tempo, manterem-se afastados do espaço urbano.

Em outras palavras, esses ambientes se fecham contra a rua, reafirmando os valores que definiram a casa grande nos tempos patriarcais. O anúncio desses condomínios cria uma imagem positiva do espaço, onde se encontra vantagens e possibilidades sem sair para a rua, ou saindo o mínimo possível, da mesma forma que viviam os senhores nas casas grandes brasileiras. É dessa forma que surge uma forma arquitetônica e urbanística compatível com a herança da casa grande patriarcal.

É evidente que o medo e a insegurança também passam a refletir na forma de morar, onde as residências se transformam em lugares isolados, protegidos do ambiente externo, deixando de ser uma forma de integração social. Contudo, não é totalmente verdade que o argumento da insegurança urbana seja utilizado como justificativa para esse modo de habitar, na verdade a preferência pela moradia em condomínios fechados está, também, no desejo de manter-se longe da rua, como exposto anteriormente. À vista disso, torna-se cada vez mais presente a segregação social, inibindo ainda mais as relações sociais e delimitando os espaços públicos e privados, alterando, conseqüentemente, a qualidade desses ambientes.

Os elementos do espaço construído fazem relação com a configuração do traçado urbano e as características das edificações, reunindo a permeabilidade e a visibilidade da área, isto é, a disposição do traçado urbano, com grandes quarteirões e espaços vazios, impactando nos ambientes privados. A consequência disso está na escassez de fluxos que torna o espaço mais vulnerável à violência. Portanto, a configuração da malha urbana de uma cidade, pode refletir nos espaços privados, pois o uso do local, o fluxo (permeabilidade) das pessoas transitando, ou até mesmo utilizando o espaço público, gera segurança e vida ao ambiente.

Para tanto, segundo Jacobs (2009), os espaços urbanos podem se transformar devido aos diversos usos, como comércio, serviço, lazer entre outros, que configuram uma diversidade urbana. A autora cita também que é importante a permeabilidade do ambiente urbano (ou litorâneo) permitindo que o pedestre circule por todos os espaços, evitando o ócio e o desuso de lugares que, antes, poderiam ser locais violentos. Comenta também a importância das relações sociais, de manter viva as interações sociais em espaços públicos.

Outra questão a ser apontada é com relação a cultura, que modifica as relações de segurança em cada espaço, gerando efeitos na vida social das pessoas. As cidades são erguidas de formas diferentes uma das outras, com diferenças na construção de seus espaços e estruturas, conseqüências dos aspectos socioculturais, que criam desenhos urbanos e

organizam o meio em que habitam. Para tanto, a mistura de usos e a implantação de equipamentos públicos podem ocasionar maior utilização dos ambientes em períodos variados do dia, permitindo mais segurança para os usuários. Assim, a distribuição espacial e de equipamentos pode impedir o aumento da criminalidade.

A questão da visibilidade entre edificação e espaço se relaciona com eventos criminais, entendendo que estes acontecem, normalmente, em lugares com aspectos arquitetônicos com pouca permeabilidade, como por exemplo, muros “cegos” e altos, ruas com terrenos vazios, entre outros. De certo, as pessoas se sentem mais seguras em espaços que são possíveis essas características. À vista disso cria-se um paradoxo: as pessoas constroem muros, ao que parece, para proteger suas residências, mas ao mesmo tempo estão criando espaços públicos mais inseguros que, ao fim, tornam mais inseguras suas próprias casas.

A vida humana é profundamente dependente da relação estabelecida entre o sujeito e o espaço geográfico. Da mesma forma que cada pessoa, individualmente, ajusta os ambientes de acordo com as suas necessidades, a sociedade demanda adaptações dos lugares em que ela existe e se desenvolve (EVANGELISTA, 2012, p. 198).

Em se tratando de locais de veraneio, a realidade não é muito diferente da apresentada anteriormente. Os municípios litorâneos estão cada vez mais replicando modelos arquitetônicos semelhantes àqueles das grandes cidades.

3.3 Características construtivas das residências de veraneio na Praia dos Carneiros

Como visto anteriormente, a partir da década de 1990, instalou-se na Praia dos Carneiros, recorte espacial da presente pesquisa, um segmento de consumo e produção do setor turístico, transformando a paisagem litorânea: as áreas com fazendas de coqueiros começam a dar lugar a espaços para o turismo. Os proprietários dos sítios passam a alugar suas casas, dando início ao turismo nesse ambiente.

A partir daí, houve crescimento urbano em função da atividade turística e da especulação imobiliária, ocasionando o desenvolvimento do setor de construção civil através do aumento significativo de segundas residências e expansão da rede hoteleira.

A Praia dos Carneiros, assim como outras praias do litoral Pernambucano, sofre um processo de urbanização que se assemelha ao que ocorre nas grandes cidades. Dessa forma, além de se replicar as ideias urbanas (muros altos e fechados para a rua), termina-se por

reproduzir, também, a tipologia arquitetônica, produzindo-se, assim, áreas marcadas pela concentração de réplicas urbanas.

Atualmente, a praia vem se estruturando como um ponto de turismo, lazer e de investimentos públicos, como o PRODETUR/NE, e investimentos privados. A especulação imobiliária se atém a fornecer serviços, através dos meios de hospedagem. Em vista disso, esse destino passa a apresentar cenários novos em termos de dinâmica social e renda, além de acelerar impactos socioambientais. Ou seja, baseado na ideia de que o lazer e o turismo estão relacionados com a expansão urbana e capitalista, o fenômeno das segundas residências interfere na produção e no consumo dos espaços geográficos. Esses domicílios de uso ocasional estão diretamente ligados aos interesses, conflitos e degradação do espaço litorâneo.

Entende-se, dessa forma, que essa dinâmica trás o uso de novas tipologias e ocupações do solo, de modo que surgem residências isoladas ou não, condomínios fechados, resorts, condhotéis, entre outros. Esses novos espaços disputam com a população local as qualidades ambientais, fazendo com que se acentue ainda mais a segregação social.

De acordo com o Art. 49, parágrafo 3º da Lei nº 187/2002 do Código de Obras do município de Tamandaré, é necessário que toda edificação se enquadre nas características das zonas de uso e ocupação do solo, constantes na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e faça parte do projeto de parcelamento do solo aprovado pela Prefeitura Municipal de Tamandaré.

A lei define parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo e a sua função no território, devendo identificar as diversas atividades e usos, estabelecendo quais usos são permitidos em cada zona. Estas são definidas através das necessidades de diversificá-los de acordo com as diferentes regiões existentes no município.

Através disso, presume-se que o resultado final esteja de acordo com os objetivos do município, compreendendo a proporcionalidade entre ocupação e infraestrutura, proteção de áreas frágeis e/ou de interesse social e cultural, harmonia com o entorno, entre outros.

Contudo, observa-se que essa lei, no município de Tamandaré, não dispõe de parâmetros para as residências unifamiliares (Tabela 5), sendo necessário adequá-la ao zoneamento vigente, definindo estratégias para construção desse tipo residencial.

Dessa forma, devido às progressivas construções de imóveis residenciais, é possível afirmar que, em razão da inexistência desses parâmetros, aspectos como delimitação de lotes por meio de muros altos e “cegos”, definição visual entre espaço público e privado, e a ausência de espaços públicos à praia são cada vez mais frequentes na Praia dos Carneiros.

Tabela 5 – Parâmetros urbanísticos da zona hoteleira (ZH)

USOS	GABARITO MÁXIMO (n.º pav.)	CUT	TO (%)	TSN (%)	AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m)			ESTACIONAMENTO TO (vagas/m²)
					Frontal	Fundos	Lateral	
Residencial unifamiliar	-	-	-	-	-	-	-	-
- Condomínios	-	-	-	-	-	-	-	-
Residencial multifamiliar	-	-	-	-	-	-	-	-
Econômico de pequeno porte	2	0,32	20%	60%	75	10	5	1/80
Econômico de médio porte	-	-	-	-	-	-	-	-
Econômico de grande porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial de pequeno porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial de médio porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Industrial de grande porte	-	-	-	-	-	-	-	-
- Hoteleiro	3	0,32	20%	60%	75	10	5	1/80
Institucional	2	0,32	20%	40%	75	10	5	1/100
Institucional de maior impacto	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte - LEI N° 188/2002, p. 56.

Para tanto, considerando os parâmetros urbanísticos impostos pela lei do parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Tamandaré, para a implementação de um condomínio deve-se respeitar o gabarito máximo, ou seja, o número máximo de pavimentos por edificação, que na Praia dos Carneiros é de três andares para condomínios e empreendimentos hoteleiros. Deve-se obedecer, também, a taxa de ocupação (TO), que nada mais é do que a relação percentual entre a projeção da edificação e a área do terreno, isto é, representa a porcentagem (%) do terreno sobre a edificação, que é de 20% nessa região.

Pode-se observar também que a taxa de solo natural (TSN) é de 60% e os afastamentos mínimos são: frontal de 75 metros, lateral direito e esquerdo de 5 metros e de fundos 10 metros. É importante ressaltar que foram definidos afastamentos consideráveis que, de certa forma, contribuem para a permeabilidade e visibilidade dos espaços públicos e privados, permitindo imóveis abertos para o lote e gerando maior interação destes com a paisagem.

A partir da análise feita em campo, verificou-se que edificações mais recentes construídas na Praia dos Carneiros tendem a erguer muros altos em seus imóveis, partindo do princípio de que estes trazem certa “segurança” para os veranistas, como é o caso, por exemplo, do Club Meridional Carneiros (Figura 18) e do Eco Resort Praia dos Carneiros, condomínios de luxo, localizados na PE-72, via que dá acesso ao município de Tamandaré. São empreendimentos de alto padrão, que estão sendo realizados pela Metambiente Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda e pela construtora Conic em parceria com a Patrimonial Investimentos, respectivamente.

É normalmente aceito que a opção de ter uma casa em empreendimentos desse tipo coloque em destaque bens de consumo como algo a que se confere *status* social elevado. A imagem da segurança, do isolamento e da homogeneidade entre moradores, além da

existência de instalações e de serviços e infraestruturas diversificados, contribuiriam para a criação e consolidação de um novo conceito de construções nessa praia, conferindo-as características que se assemelham às encontradas nas residências dos centros urbanos.

Figura 18 – Acesso principal Club Meridional Carneiros, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

As fachadas frontais dos lotes contam com guarita e sistemas de vigilância que, de certa forma, dá a sensação de segurança aos condôminos, e acaba privando os não moradores do acesso à praia. Os muros são dispostos em toda a extensão do lote, com exceção da fachada que dá acesso à praia. Segundo Leitão (2009), esses elementos trazem consigo a negação da rua, onde o espaço se fecha para o convívio social, podendo ser um componente a mais no estímulo da violência urbana, na medida que corrobora com o sentimento de exclusão social.

A violência urbana é diária, qualquer pessoa está suscetível a qualquer ato de violência diariamente. Nas áreas litorâneas, esses atos de violência, principalmente, de invasão de domicílios privados, se concentram no período em que as pessoas não estão utilizando essas residências. Principalmente, em épocas de inverno e durante a semana, quando a maioria das pessoas não estão nesses locais.

A ideia desses muros altos está bastante relacionada a isso. Não é pela ameaça diária e constante, mas pela possibilidade de invasão justamente quando os moradores não estão nessas localidades. A verdade é que essas residências passam muito mais tempo fechadas do

que abertas, ou seja, permanecem desocupadas e desprotegidas a maior parte do tempo, exceto àquelas pessoas que tem caseiro ou sistemas de vigilância eletrônico.

Figura 19 – Muros em toda extensão do lote, Club Meridional Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Mais ao sul, outro exemplo é o Carneiros Beach Resort (Figura 20 e 21), empreendimento de alto padrão, realizado pela Freitas Construções. É composto por apartamentos e bangalôs com completa infraestrutura de segurança e lazer, com muros altos e sistemas de segurança, seguindo os mesmos princípios dos empreendimentos citados anteriormente. Dessa forma, torna-se inexistente o acesso público à praia no trecho das fazendas de coqueirais, onde estão inseridos esses empreendimentos, devido ao fato de grande extensão dos terrenos ao longo da praia serem de propriedade privada e por estarem totalmente cercados com muros altos e “cegos”, fechados para a rua.

Apesar de esses elementos confirmarem, de certa forma, a privacidade dos moradores, acabam delimitando o ambiente interno e externo, eliminando a permeabilidade e a visibilidade com o entorno, suprimindo a fluidez do espaço.

Figura 20 – Vista aérea do Carneiros Beach Resort, Praia dos Carneiros



Fonte – Freitas Construções, s.d.

Essa forma de tentar se proteger da violência e das invasões nos domicílios privados termina ocasionando a privatização do ambiente costeiro, dificultando o acesso dos não moradores à praia. Além de haver, na Praia dos Carneiros, o hábito, aparentemente, ilegal de impedir ou dificultar o acesso dos não moradores a praia, a construção dos muros contribui ainda mais para esse problema, sem contar os aspectos negativos do ponto de vista arquitetônico.

Figura 21 – Acesso principal Carneiros Beach Resort, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

De acordo com Leitão (2009, p.118), os condomínios são “espaços que se fecham contra a rua”. Nesse sentido, a comercialização desses ambientes assegura o benefício de

viver sem sair para a rua. Nesses ambientes, o local que poderia ser chamado de rua compõe o espaço interno e se configura como uma cópia das ruas existentes no espaço público, com a simples função de acesso às residências. Os condôminos exercem as atividades de lazer nesses locais “públicos”, não sendo estes, portanto, um espaço de convívio social. Utilizam os espaços internos de seus condomínios para esta finalidade, onde dispõem de piscinas, quadras esportivas, *playgrounds*, salão de festas, entre outros. Os condomínios conferem *status* aos seus moradores e sua presença indica a segregação social. Eles mudaram os valores das classes médias e altas que passaram a morar em espaços coletivos e não mais isolados, mesmo tratando todo o espaço como se fosse individual.

Pode-se observar também que, em alguns casos, as residências dentro dos condomínios são previamente projetadas e assim vendidas. Há casos em que todos os imóveis obedecem a um mesmo padrão de configuração arquitetônica, como é o caso do Condomínio Village Praia dos Carneiros (Figura 22), mas outros dispõem de variações, sejam de estética ou de compartimentação interna, por exemplo. Contudo, essa repetição na visão imobiliária valoriza o empreendimento, além de baixar o custo total da obra, tornando-se mais uma ferramenta no processo especulativo do setor imobiliário. Mais uma vez, um outro exemplo onde se verifica a utilização de muros em toda a extensão do lote, guarita e sistemas de vigilância.

Figura 22 – Planta locação Condomínio Village Praia dos Carneiros III



Fonte – Expo Imóvel, 2010.

A escassez de fluxos de pessoas em grande parte do ano nessas áreas torna o espaço mais vulnerável a atos ilícitos de invasão a domicílios privados. A questão da segurança foi levantada em entrevista, realizada no dia 15/10/2016, com um morador do Condomínio Village Praia dos Carneiros que optou por vender sua antiga residência, localizada em um lote isolado, e comprar uma nesse condomínio, alegando que era a melhor opção para a segurança dele e de sua família.

É notável que a questão da violência oferece uma justificativa para que os usuários se fechem nesse ambiente. Porém, esse tipo de espaço, segundo Leitão (2009), pode ser um elemento a mais no incentivo à violência, na proporção que se intensifica o sentimento de exclusão social daqueles que estão fora do condomínio, ou seja, do espaço privado. Nesse contexto, esse modo de construção pode oferecer resultados contrários às intenções de seus moradores.

De acordo com Caldeira (2000), os muros estão cada vez mais ligados aos novos projetos de residências e condomínios fechados. Para ela, uma nova estética de segurança esboça as tipologias arquitetônicas, estabelecendo sua lógica de vigilância como forma de *status*, transformando o caráter das pessoas e das interações públicas.

Outro conjunto analisado foi o Prive dos Carneiros, localizado a algumas quadras da praia. Conta com ampla área de lazer e convivência, porém, diferentemente dos exemplos citados anteriormente, este não possui guarita e sistemas de vigilância, ficando a segurança a critério dos moradores. Sua fachada frontal é composta por muros e portões que dão acesso direto às residências.

Figura 23 – Prive dos Carneiros, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

O Prive Pedra dos Carneiros já mostra outra configuração arquitetônica. Embora tenha muro alto, que se configura como um aspecto negativo para o espaço público, suas edificações possuem maior área de espaços abertos, como mostra a imagem abaixo (Figura 24). Provavelmente, devem ter condições de ventilação natural melhores do que o Prive dos Carneiros, mencionado acima.

Figura 24 – Prive Pedra dos Carneiros, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Acesso público à
praia

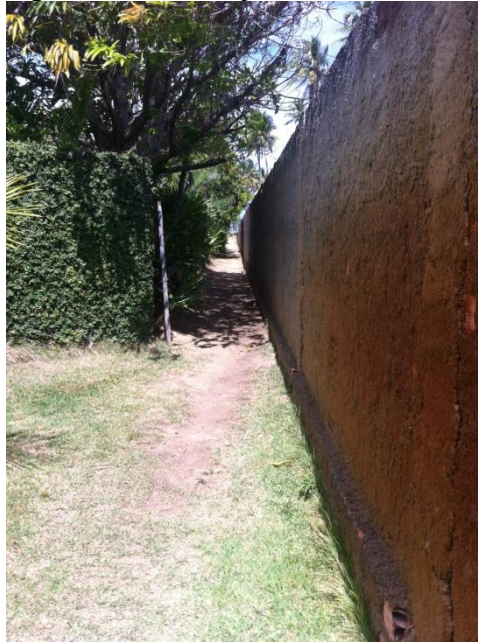
Essas disposições, muros e residências fechadas para o exterior, ocasionam espaços públicos configurados como corredores inóspitos que interligam as ruas à praia (Figura 25 e 26). Além de ser esteticamente discutível, prejudica a interação do espaço privado com o público, contribuindo negativamente para o conforto ambiental. Por exemplo, tem-se um espaço que possui muros dos dois lados, sem árvores, como é o caso da figura abaixo, com sol o dia inteiro aquecendo e confinando esses espaços, deixando o ambiente quente e, consequentemente, desconfortável para os usuários.

Figura 25 – Acesso público à Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Figura 26 – Acesso público à Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Assim como os vários condomínios aqui expostos, há, também, vários exemplos de residências isoladas que seguem os mesmos padrões de tipologias apresentados: muros altos e “cegos” e portões de segurança - ambos separando o espaço público do privado (Figura 27). A sensação de conforto é maior em espaços onde existe boa circulação de ar, contudo não é o que se observa nessa residência, pois quase não se vê janelas em suas fachadas. Esse é um caso que o muro é muito alto e só se vê uma parte da residência, este elemento se tornou forte e contrastante no ambiente, transformando-o num espaço hostil.

Figura 27- Segunda residência com muros altos, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Esse outro caso de segunda residência isolada no lote não é tão grave (Figura 28), a casa integra a paisagem, em vez do muro, pois ela passa a ser percebida pelo observador. Agora, não é só o muro que está compondo a paisagem. É diferente de se olhar pra uma edificação e só ver muro e telhado, como alguns exemplos citados anteriormente. Além disso, ainda há a presença de vegetação que dá uma amenizada no clima.

Para mais, o recuo das paredes para a construção do terraço e das varandas favoreceu a proteção da residência contra o calor e aproximou o convívio dos moradores com a natureza. A utilização de beirais e a presença de vegetação, mesmo que em pequena quantidade, ajuda a reduzir o aquecimento do solo e a permitir maior circulação de ventos.

Figura 28 – Segunda residência, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Na região mais ao sul da praia, cujo limite se dá pelo Condomínio Prive Praia dos Carneiros com a Praia de Campas, observa-se a predominância de loteamentos isolados de segundas residências com usos para fins de veraneio. Verifica-se que a grande maioria dessas construções possuem muros altos em quase toda extensão do lote, com algumas exceções para aquelas à beira mar, onde sua fachada frontal, normalmente possui cercas baixas que permitem aos moradores desfrutarem da paisagem costeira (Figura 29). Dessa forma, consegue-se ter uma paisagem mais agradável e permite-se ter uma integração desta com a arquitetura. Essa residência é, provavelmente, muito mais confortável do ponto de vista do conforto do que a anterior.

Observa-se, a utilização de grandes aberturas, recuos das paredes, criando terraço e varandas voltados para o nascente permitindo a circulação dos ventos. O uso dos beirais serviu como elemento para amenizar a incidência solar e possibilitar a criação de sombras.

É importante evidenciar, também, a forma como essa residência foi implantada no lote, com grandes recuos e afastamentos, proporcionando maior permeabilidade e visibilidade com o entorno, permitindo, dessa forma, maior interação com a paisagem.

Figura 29 – Segunda residência à beira mar, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Instaladas em uma área privada de frente para o mar, as residências abaixo (Figura 30) propõem um diálogo harmonioso entre arquitetura e natureza, observando as condições de iluminação e ventilação natural, assim como a orientação solar dos ventos. As edificações possuem amplos beirais e vegetações em seu entorno possibilitando melhor conforto ambiental para seus usuários.

Além das áreas de sombra feitas por meio dos beirais e coqueiros, a grama é outro recurso simples e eficiente, que reduz o aquecimento do solo e permite maior circulação de ventos menos quentes.

Figura 30 – Segundas residências em propriedade particular, Praia dos Carneiros



Fonte - Autora, 2016.

É notável que grande parte desses espaços tem perdido constantemente suas relações sociais. Isso pode ser observado na forma em que as tipologias arquitetônicas e paisagísticas estão sendo implantadas, separando, cada vez mais, o ambiente público do privado e selecionando quem “pode” ou não usufruir dos novos espaços produzidos.

Dessa forma, entende-se que a arquitetura e o urbanismo, por meio das residências secundárias e condomínios fechados, formam e transformam a área onde estão implantados. Os muros altos e “cegos” tendem a estabelecer isolamento com espaço comum e torna-lo local de passagem, impossibilitando o livre acesso as pessoas em áreas públicas.

A arquitetura e o urbanismo apresentam características de uma sociedade, seu modo de viver e de morar, seus hábitos e prazeres. Nesse sentido, as edificações, isoladas ou em condomínios, transformam o espaço urbano demonstrando os valores, os cuidados, de quem projeta, executa e utiliza desses tipos de espaços.

4 CONSIDERAÇÕES QUANTO À PERTINÊNCIA ENTRE ARQUITETURA E LUGAR NO ÂMBITO PRAIANO

Na Idade do Bronze, os homens costumavam adaptar a paisagem às suas necessidades por meio da construção de abrigos artificiais. Essas primeiras residências isolaram seus habitantes do ambiente externo, além de serem dotadas de artifícios que visavam melhores condições de conforto interno. Esta prática se desenvolveu ao longo de toda a história da humanidade, adquirindo aspectos próprios em cada cultura, principalmente no que se refere aos componentes construtivos e à compartimentação do interior.

A partir da Antiguidade Clássica, mas em menor escala na Idade Média, as paisagens naturais tenderam a ser transfiguradas, ou mesmo substituídas, pelo desenvolvimento das cidades, o que, progressivamente, originou o que hoje se conhece por urbanismo. Pode-se considerar que essas transformações se configuraram como intervenções descaracterizadoras, pois tratava-se da inserção de elementos artificiais no meio ambiente, que interrompiam a leitura e a harmonia primitivas e naturais dos lugares.

Entretanto, é possível admitir que o processo urbanizador nos lugares onde há presença humana é inevitável. Porém, em muitos casos, a artificialidade das edificações pode dialogar com a organicidade do ambiente onde será inserida. Sem necessariamente promover um envolvimento mais aprofundado no tema, mas abordando-o de modo a contribuir para a compreensão das considerações a seguir, considere-se o conceito de arquitetura enquanto produção humana, planejada, regrada, e o de lugar enquanto espaço ocupado (REIS-ALVES, 2007).

Dessa forma, pode-se compreender, no processo histórico de ocupação do litoral brasileiro, principalmente no nordeste do país, de que modo a intervenção humana na paisagem natural pôde ser uma ação de resultados satisfatórios, tanto para atendimento das necessidades humanas como para a preservação, em certa medida, do meio em que se situam. Trata-se, principalmente, das tradicionais residências de pescadores, de caráter vernacular, que, de modo empírico, erguiam suas habitações com materiais de fácil obtenção nas proximidades, como madeira, barro, palha, entre outros, e produziam uma tipologia arquitetônica extremamente simples, básica, que consistia na construção do arquétipo tradicional de casa: edificação de volume predominantemente único, com planta retangular e telhado em duas águas. Esta configuração, despojada, desprovida de requintes estéticos e construtivos, visava atender minimamente ao conceito básico de arquitetura: o abrigo.

Figura 31 – Típica residência dos pescadores, Bairro Novo, Olinda (1935)



Fonte – Antônio Oliveira, s.d.

As residências dos pescadores eram construídas isoladas em meio aos coqueirais abundantes da costa nordestina. Em outras palavras, não havia um espírito urbanizador, um desejo de se criar um espaço externo regrado por critérios eruditos que visassem garantir regularidade estética e funcional. O espaço externo às casas era a própria natureza, em suas condições quase inalteradas. As casas, geralmente térreas e rústicas, eram dispostas em meio aos coqueiros, de modo que a presença delas na paisagem não aparentava ser impositiva, adquirindo um caráter de diálogo quase natural com o lugar, seja pela implantação, seja pelos materiais construtivos aparentes.

Figura 32 – Casa de pescadores, Praia de Meireles, Fortaleza



Fonte – Fátima Garcia, 2012.

Esta relação com o meio natural confirma as características de adaptabilidade às diversas circunstâncias, o que representa uma arquitetura criativa em se tratando de linguagem formal e utilização de materiais. Os processos e fatores, aliados a estas características, estabelecem a criação da forma construída relacionando aos aspectos físicos locais, como por

exemplo, o lugar, o clima, a vegetação, entre outros, e os aspectos sociais que se efetivam na economia da sociedade.

Esta configuração perdurou durante grande parte da história do Brasil, até que o século XX assistiu a um grande ímpeto pelo veraneio, principalmente após a “descoberta”, no século XIX, dos aspectos terapêuticos do banho de mar, e as paisagens naturais de grande parte do Nordeste, caracterizada por extensos coqueirais com residências simples espaçadas, se tornou palco de um processo paulatino de ocupação com segundas residências, em diversos trechos do litoral.

Figura 33 – Segundas residências na Praia de Boa Viagem, Recife (1950)



Fonte – Josebias Bandeira/Acervo Fundaj, s.d.

Como visto no capítulo anterior, a partir do século XX, inicia-se a ocupação do litoral Pernambucano pelo turismo, ocorrendo uma reestruturação de sua ocupação. As pessoas começam a descobrir a praia como destino de lazer, crescendo o desejo de se construir nessas áreas.

Inicialmente, as casas de veraneio adotaram uma linguagem arquitetônica que visava fornecer ao usuário uma experiência sensorial que se aproximava da rusticidade do meio natural. Para isso, as construções eram compostas por materiais como pedra e madeira, além de tijolos e telhas cerâmicas, geralmente aparentes, condizentes com alguns conceitos de uma vertente modernista chamada hoje de brutalismo. A adoção dessa arquitetura intencionava não apenas dialogar esteticamente com as tradicionais casas vernaculares dos pescadores, mas também oferecer ao habitante condições de habitabilidade em harmonia com o ambiente praiano, em contraposição à aridez do meio urbano.

A chegada da arquitetura moderna ao Brasil, entre os anos 20 e 30 do século passado, está intimamente relacionada à capacidade de alguns arquitetos notáveis, em especial Le Corbusier, em adaptar o vocabulário formal da nova arquitetura que estava sendo proposta na Europa aos climas quentes. Foi somente graças ao olhar atento sobre a tradição construtiva vernacular local que o arquiteto franco-suíço conseguiu pensar uma arquitetura consonante com os avanços técnicos e culturais daquele tempo e adequada ao clima quente e seco do norte da África primeiramente e ainda ao clima quente e úmido da Índia ou do Brasil, tempos depois. Com o devido distanciamento histórico que temos hoje, é possível perceber com clareza que, no caso brasileiro em especial, o correto entendimento dos princípios de adaptação ao clima por trás das construções antigas, aliado ao domínio das novas tecnologias construtivas, sobretudo do uso do concreto armado, tornou possível a criação de uma arquitetura moderna tropical, genuína e pertinente, que apontava ao mesmo tempo para o futuro e para o passado. A arquitetura gerada pela primeira geração de arquitetos modernistas brasileiros é exemplar neste sentido e talvez por isso mesmo tornou-se conhecida no mundo inteiro, servindo de exemplo para outros lugares com clima semelhante (PRADO, 2006).

Além do diálogo com o passado, no caso, com as casas dos pescadores, por meio da rusticidade, por exemplo, essa arquitetura praiana foi possível também devido às dimensões generosas dos primeiros lotes, que permitiam casas isoladas no terreno, garantindo afastamentos que resultavam em uma paisagem semelhante àquela produzida empiricamente pelos pescadores.

Grandes áreas de cobertura, gerando generosos espaços sombreados, como os alpendres, assim como nas casas grande dos engenhos de açúcar nordestinos, aproveitamento consciente da ventilação e iluminação naturais, materiais construtivos de fácil obtenção, além de áreas externas em solo natural para lazer, são características fortemente presentes na arquitetura das segundas residências litorâneas. São aspectos defendidos por Armando Holanda Cavalcanti, em seu conceituado “Roteiro para construir no Nordeste”, que, de uma forma ou de outra, foram adotados por diversos arquitetos e difundidos em grande parte das casas de praia.

O interesse crescente por possuir, ou alugar, residências para fins de veraneio, atraiu os interesses de construtoras e imobiliárias, cujas ações de especulação tem crescido vertiginosamente. Assim como ocorre nas cidades, a especulação imobiliária nas áreas de veraneio tratou de conceber modelos arquitetônicos e fundiários, também urbanísticos, em um plano de negócios com publicidade agressiva, utilizando-se de discursos que atraem interessados, sem, contudo, se ater à pertinência da arquitetura com o lugar. Acrescente-se a isto, a adoção indiscriminada de partidos arquitetônicos inadequados à paisagem praiana, não apenas do ponto de vista estético e funcional, mas também tipológico e morfológico.

Aspectos como esses tornam impertinente a arquitetura de grande parte das atuais segundas residências devido a sua incapacidade de dialogar, e até mesmo por desprezar, os valores mais significativos do lugar. No caso, o lugar natural. São construções que se disseminam sem qualquer consciência preservacionista ou sobre adequações climáticas que, segundo Prado (2006), foram tão estimadas na primeira geração do modernismo.

Contribui para isso a própria definição fundiária que estabelece lotes extremamente diminutos, semelhantes aos existentes nos centros urbanos, que induzem à eliminação de afastamentos laterais nas edificações, como ocorre nos sobrados históricos, mas também nos empreendimentos residenciais conhecidos como duplex, que consiste na construção de mais de uma unidade habitacional em um lote originalmente destinado à apenas uma unidade. Na maioria das vezes, o lote primitivo já não possui dimensões suficientes para os anseios, ou mesmo necessidades, de seus moradores, muito menos para uma maior quantidade de habitantes.

Rossi (1995), ao abordar as transformações dos ambientes naturais pelo homem, ilustra diversos exemplos em que o processo urbanizador que visa o adensamento construtivo ocasiona em descaracterizações severas e irreversíveis na paisagem natural, além de fazer surgir problemas específicos causados por conflitos de interesses, falhas de gestão e logística, impertinência de soluções arquitetônicas, entre outros. Dessa forma, urbanizar áreas que possuem ricos recursos naturais, com paisagens características de determinadas regiões, principalmente sob a ótica equivocada do mercado imobiliário, baseada na obtenção de lucro e não no atendimento de requisitos que atendam essencialmente e simultaneamente à preservação da paisagem e aos significados intrínsecos que movimentam a procura pelo veraneio no litoral. A especulação imobiliária incorre na descaracterização e, na maioria das vezes, na substituição desses locais aprazíveis por espaços de asfalto, alvenaria e concreto, com todas as principais problemáticas dos grandes centros urbanos, inclusive questões relativas à segurança coletiva.

No que se refere à paisagem natural, as primitivas construções vernaculares dos pescadores, assim como as primeiras residências secundárias nas praias, se integravam ao lugar também devido à configuração de implantação. Tratavam-se de objetos arquitetônicos espaçados, entremeados entre os coqueirais, sendo estes mais numerosos e de maior gabarito, mantendo-se como elemento que caracterizava a paisagem. Com a urbanização, o consequente adensamento construtivo e a adoção de arquiteturas dissociadas do lugar, criou-se uma massa construtiva que impôs a derrubada de grande parte dos característicos

coqueiros, configurando-se como grandes massas construídas que disputam, em vez de dialogar, o protagonismo da paisagem, criando, por vezes, uma paisagem híbrida, meio natural e meio urbana.

Embora a atual urbanização das praias possa ser considerada uma ação negativa, a maior parte dos usuários parece desconhecer que há alternativas melhores e pertinentes. Além disso, há também a permanência da busca pelas mesmas comodidades existentes nos centros urbanos, como comércio e serviços o mais próximo possível de onde vão veranear. Trata-se de uma cultura defendida pelo mercado imobiliário que termina por incentivar ainda mais a urbanização.

5 DIRETRIZES PARA AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EXISTENTES E FUTURAS, DA PRAIA DOS CARNEIROS

De acordo com o que foi abordado nos capítulos anteriores, com a demanda crescente por segundas residências na Praia dos Carneiros e o atendimento a essa demanda por meios que descaracterizam a paisagem natural local, percebe-se a necessidade de elaborar um conjunto de diretrizes que visem nortear intervenções para melhorias nas residências existentes e na concepção de novos projetos para a Praia dos Carneiros, abordando aspectos arquitetônicos, fundiários e paisagísticos, ilustrando exemplos pertinentes.

O foco das diretrizes, aqui propostas, são as qualidades arquitetônicas e paisagísticas, porém não se deve deixar de mencionar fatores igualmente importantes, como a sustentabilidade, reconhecendo que as áreas devem atender aos objetivos sociais, ambientais e culturais, assim como aos objetivos econômicos e físicos de cada usuário. O ambiente sustentável deve atuar conforme o modelo de desenvolvimento da região, procurando equilibrar de forma eficiente os recursos necessários para seu funcionamento.

A estrutura de diretrizes básicas para a construção de segundas residências, seja em lotes isolados, seja em condomínios, são estabelecidas pelas normas técnicas nacionais, como as da ABNT, seguidas da legislação municipal, e demais instrumentos legais, como o Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM), Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Código de Posturas. Estes preveem as normas e critérios de desenvolvimento, visando atender às necessidades dos usuários quanto à habitação, lazer, saneamento básico, segurança, entre outros. Contudo, é necessário, também, se desvencilhar da replicação das características das casas urbanas para que as segundas residências, sejam elas em lotes isolados ou não, atendam ao desejo de se vivenciar um ambiente diverso daquele conturbado do cotidiano urbano e que estejam mais bem inseridas na ambiência praiana. Para isso, recomendações patrimoniais e os aspectos teóricos abordados neste trabalho também compõem o conjunto de subsídios para a elaboração das diretrizes arquitetônicas e paisagísticas.

Com base na Recomendação de Paris (1962), se faz necessário assegurar a proteção legal por zonas, a fim de salvaguardar a paisagem natural, mas também àquelas cujas estruturas se deve à ação humana. Em outras palavras, organizações espaciais devem ser levadas em consideração com o objetivo de assegurar a proteção da paisagem como um todo, inclusive àquelas que são ameaçadas pelas construções e pela especulação imobiliária.

Quando, numa zona protegida por lei, o carácter estético é de interesse primordial, a proteção legal “por zonas” deveria abranger o controle dos loteamentos e a observação de algumas prescrições gerais de carácter estéticos referentes à utilização dos materiais e sua cor, às normas relativas à altura, às precauções a serem tomadas para dissimular as escavações resultantes da construção de barragens, ou da exploração de pedreiras, à regulamentação de derrubada das árvores, etc. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, p. 5, 1962).

Diante disso, como visto no capítulo 3 dessa pesquisa, de acordo com o Plano de Manejo da APA de Guadalupe, a Praia dos Carneiros está inserida na Zona de Turismo, Veraneio e Lazer, considerada uma subzona dessa área, onde merece especial atenção, cujos objetivos específicos são: “conservação e valorização da paisagem litorânea e garantia de acesso à praia aliada à prestação de serviços públicos de limpeza, segurança e informações ambientais” (Plano de Manejo da APA de Guadalupe, 2011).

Na Zona de Turismo, Veraneio e Lazer, os condicionantes impostos pelo zoneamento visam preservar a paisagem natural, não só para conservação do ecossistema existente, mas também para proteger as características que tornam essa área um destino turístico valorizado e desejado do litoral sul de Pernambuco.

Dessa forma, o que se deve preservar são os conjuntos de elementos materiais e espirituais que exprimem sua imagem, como, por exemplo, a relação entre os espaços públicos e privados, ou seja, a relação do imóvel com seu entorno natural ou construído pelo homem.

Á vista disso, deve-se buscar, na Praia dos Carneiros, novos modelos de funcionamento, gestão e crescimento, diferentes daqueles praticados nos grandes centros urbanos. É fundamental aproveitar as condições locais e ambientais, não descaracterizando a paisagem e sua integração, promovendo maior sustentabilidade na região, com adequado e planejado uso do solo.

Esse modelo deve ser baseado no conceito de *garden-city*, ou cidade-jardim, que busca um planejamento com finalidades sociais e uma relação entre a paisagem e seus moradores, integrando arquitetura e o ambiente natural, fornecendo habitações de qualidade e atmosfera saudável para seus usuários, procurando a harmonia que não existe nos centros urbanos.

Nesse contexto, é fundamental a elaboração de um eficiente sistema de mobilidade que se conecte com as demais áreas do seu entorno, promovendo maior eficiência nos transportes e gerando um traçado fundiário que permita a interação com a paisagem, estimulando a caminhada e o ciclismo entre os moradores. Propõe-se que os usuários tenham oportunidades

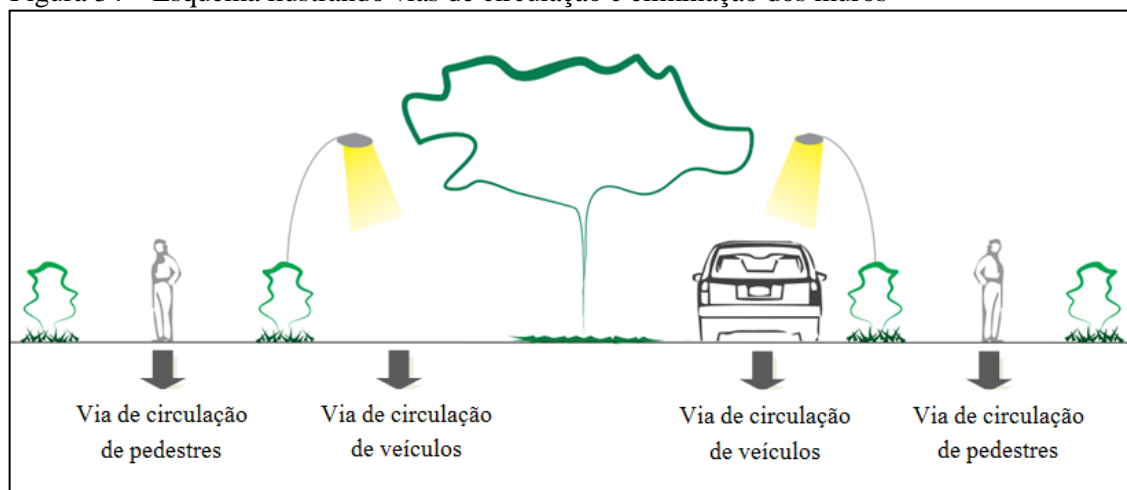
de interação social, assim como uma melhor sensação de segurança, uma vez que se permita maior proximidade com os espaços de uso coletivo. Deve-se planeja-los com uma diversidade de usos, com quadras curtas, com uma organização que incentive a circulação das pessoas nas ruas, garantindo, também, um sentimento de identidade dos usuários com região.

Em se tratando de qualidade do espaço público, de modo geral, o sistema viário é um dos elementos fundamentais para a circulação de pedestres e automóveis. Por esta razão, deve-se identificar duas áreas distintas: uma para circular e outra para estar. De acordo com as dimensões dos espaços, deverá haver circulação de veículos, de bicicletas, de pedestres e suas possíveis relações e combinações. Além disso, deve-se atentar para o caso dos muros frontais das residências, os quais delimitam o espaço das ruas de modo agressivo, tanto visual como fisicamente. Esta configuração espacial, como se viu, é nociva para o convívio em sociedade, tanto em termos relacionais como climáticos.

As vias são espaços públicos livres que conectam lugares. O próprio ato de conectar evidencia o caráter de sociabilidade, ainda que de modo passageiro. Para contribuir com este conceito, além de atender a requisitos climáticos, a arborização desses espaços é de extrema importância. De preferência, que sejam aproveitadas as árvores existentes, mas admitindo-se, sempre, a possibilidade do plantio de novas unidades. A definição dos espaços para pedestres e veículos pode ser resolvida sem a necessidade de desníveis, mas implantando delimitações como canteiros com arbustos e/ou árvores, balizas em madeira, entre outros. Esta sugestão se apoia no fato de que a configuração tradicional de ruas e calçadas, com desníveis, se consolidou como resultado de ações urbanizadoras, condizentes com os centros urbanos, os quais tendem a facilitar a segregação dos diversos tipos de usuários.

Constatando que a Praia dos Carneiros é uma área que reserva ainda uma ambiência bucólica praiana, convêm prover o lugar com soluções que preservem seus recursos naturais e sua paisagem, favorecendo as relações sociais, os usos dos espaços públicos e sua interação com o ambiente privado. Assim, para estar em consonância com este conceito básico, sugere-se que os muros sejam eliminados, ou tenham sua altura reduzida, ou mesmo sejam substituídos por cercas vivas ou de madeira, por exemplo (Figura 34).

Figura 34 – Esquema ilustrando vias de circulação e eliminação dos muros

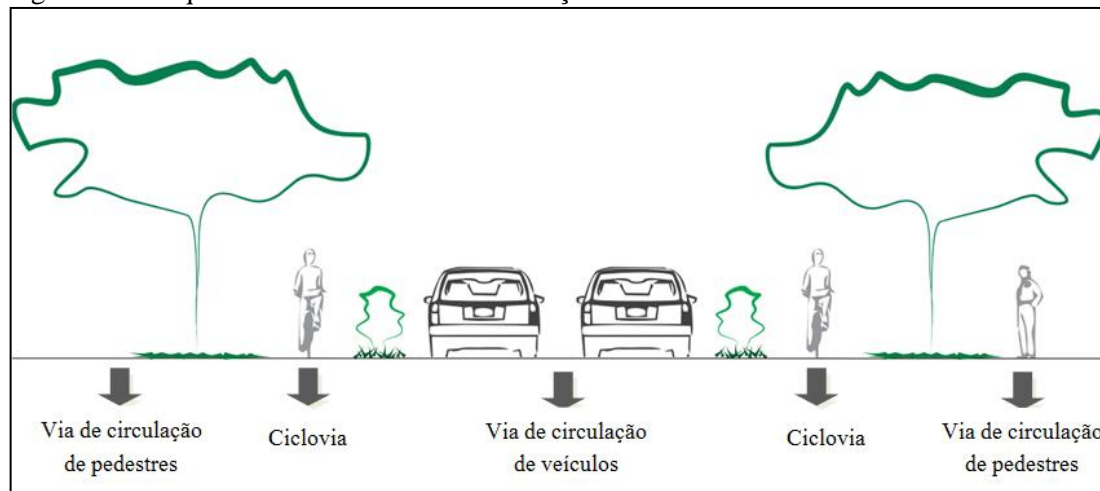


Fonte – Autora, 2016.

As vias de circulação de pedestres, ou faixas laterais, devem ser arborizadas e, em alguns trechos, gramadas (quanto mais largas forem as vias de pedestres, mais ajuda a criar a sensação de amplitude e conforto aos usuários, além de permitir maiores possibilidades de socialização). Entre esses espaços e a vias de circulação de veículos, é interessante não interpor nenhum elemento que os separe totalmente, como por exemplo, um elemento de concreto. Sugere-se a utilização de arbustos de pequeno e médio porte, como mostra a figura acima.

Em espaços mais amplos, que seja possível duas faixas de veículos em um mesmo sentido, propõe-se a implementação de vias de circulação mais largas e ciclovias, favorecendo as relações sociais, os usos dos espaços públicos e sua interação com o ambiente privado. As novas áreas planejadas devem conter uma diversidade de usos, estimulando o caminhar a pé ou por bicicletas (Figura 35).

Figura 35 – Esquema ilustrando vias de circulação e ciclovias



Fonte – Autora, 2016.

As ciclovias e vias de circulação de pedestres devem ter características que proporcionem o trânsito confortável para seus usuários e que disponham de condições para as pessoas de mobilidade reduzida, por meio da supressão de barreiras e obstáculos, devendo ter largura suficiente para permitir a livre circulação das pessoas. Sua vegetação pode ser utilizada para ressaltar o efeito paisagístico, mas também pode servir para amenizar a temperatura do local, garantindo maior conforto térmico para os usuários. A linha de arbustos não deve ser contínua, mas sim possuir interrupções estratégicas nos cruzamentos, nos trechos onde os carros precisam ter acesso às residências e em locais que permitam tráfego de pedestres com maior liberdade, seja de modo esporádico seja para conectar com espaços específicos de interesse público.

A extensão e o dimensionamento dos espaços públicos são importantes para a permeabilidade dos ventos, assim como a implantação de vegetação proporciona o sombreamento favorecendo o conforto térmico e a permanência dos usuários nesses locais. Dessa forma, propõe-se espaços públicos mais arborizados, abertos e seguros, com infraestrutura que permitam o caminhar pela área, seja pelas vias de pedestres e veículos, seja pelas ciclovias, incentivando a utilização e integração com o mesmo. É fundamental a criação de um lugar onde as pessoas possam se apropriar, usar e morar, criando um sentimento de identidade, memória e referência com o lugar.

Visto que em locais de clima quente e úmido a permeabilidade dos ventos é fator determinante para o conforto ambiental, compreender o movimento do ar nos espaços públicos auxilia no direcionamento dos parâmetros urbanísticos e, portanto, projetos de novos loteamentos e ocupações. À vista disso, pode-se prever um traçado fundiário mais adequado que assegure mais conforto para o ambiente construído e qualidade pública ambiental.

Com relação às qualidades arquitetônicas e paisagísticas, surge a necessidade da inserção de restrições e incentivos especiais na Praia dos Carneiros, com a intenção de evitar que essa área se consolide como área urbana. As medidas a serem adotadas devem ter caráter preventivo e corretivo, devendo haver um controle sobre os trabalhos e atividades com o intuito de não causar danos a essas áreas, em acordo com a Recomendação de Paris (1962).

Medidas preventivas devem ser tomadas em áreas que ainda não foram loteadas e/ou ocupadas. Os projetos de segundas residências, seja em lotes isolados ou não, devem ser planejados de forma a considerar exigências estéticas, impedindo a replicação de modelos semelhantes aos que são encontrados nos grandes centros urbanos, devendo estar em harmonia com o seu entorno, ou seja, com a paisagem natural. Medidas corretivas devem ser

adotadas em áreas que já foram loteadas e/ou ocupadas, através de orientações para intervenção física de melhoramento.

No caso de modificações nos imóveis existentes ou construção de novas unidades, deve-se respeitar a organização espacial e natural existente, a fim de permitir a qualidade e valor do conjunto como um todo (espaços públicos e privados). Novos elementos podem ser inseridos, contanto que não altere a harmonia desse conjunto. É importante atentar para as exigências constantes nas leis que regem o uso e a ocupação do solo, assim como as que regem a concepção dos espaços edificados.

Por razões de viabilidade legal e financeira, as áreas atualmente construídas, já habitadas, não deverão sofrer alterações substanciais, mas podem, e devem receber intervenções pontuais que visem implementar melhorias, de modo a conferir melhores condições de usabilidade dos espaços públicos e privados.

Quando possível, seguindo as normas de construção estabelecidas pelo município de Tamandaré, deve-se prover a residência com muros baixos e/ou cercas vivas, com o intuito de distinguir e garantir maior liberdade entre o espaço público e privado. Esses elementos delimitam o ambiente interno e externo, mas certificam a privacidade dos moradores sem eliminar a permeabilidade e a visibilidade, garantindo fluidez do espaço.

Para as áreas ainda não ocupadas, os aspectos que devem ser levados em consideração para a elaboração do projeto são: integração da edificação com a paisagem; aproveitamento máximo das condições locais e ambientais, como ventilação e iluminação natural; não descaracterização da paisagem e integração com a mesma; a utilização de técnicas construtivas mais econômicas e menos poluentes que impacte de formas menos agressivas o meio ambiente;

A princípio deve-se permitir maior permeabilidade e visibilidade entre o espaço privado público e privados mediante a interação entre a edificação e a paisagem, como exposto anteriormente. As residências devem ser permeáveis a fim de possibilitar a ventilação interna e iluminação natural que beneficia o conforto térmico dos usuários. Sugere-se a utilização de elementos que contribuam com o controle solar e, ao mesmo tempo, permita a movimentação do ar.

O conforto térmico e visual dos espaços tanto privados, quanto públicos, dependem, não só, de uma boa elaboração do projeto, mas também deve-se atentar para o clima da região, que é determinante nas decisões do mesmo. É importante levar em consideração a orientação solar, na hora de elaborar um projeto, para analisar o posicionamento do sol ao longo do dia e

das épocas do ano, atentando para áreas de sombras e de maior incidência de raios solares. Esse estudo contribui para reduzir os efeitos da radiação por meio da vegetação e de outros elementos de proteção solar. Da mesma maneira acontece com a ventilação, identificando a direção e o sentido dos ventos e seu comportamento no ambiente, é possível nortear a edificação a fim de melhor satisfazer a permeabilidade da ventilação.

Em áreas tropicais, como é o caso da Praia dos Carneiros, não se deve expor as pessoas à radiação solar durante um período muito longo, uma vez que causará desconforto térmico e problemas de saúde. Dessa forma, a ausência de proteção tenderá a deixar o espaço que, em teoria, deveria ser usado pelas pessoas, subutilizado.

Com o intuito de prover o ambiente construído com conforto térmico, adaptando-o ao clima local, e minimizando o consumo de energia convencional, é necessário utilizar princípios da sustentabilidade, como controlar os ganhos de calor, dissipar a energia térmica do interior da residência, remover a umidade em excesso, promover o movimento do ar e fazer uso da iluminação natural.

Para restringir os ganhos de calor no ambiente, é importante minimizar a energia solar que entra pelas aberturas e paredes externas, fazendo uso de isolantes térmicos nas superfícies mais expostas pelo sol. Para aumentar a dissipação de energia do ambiente é necessário oferecer maior ventilação quando a temperatura do exterior for menor que a do interior, escolher e dispor de elementos e materiais de construção que promovam a circulação do ar e transferir o calor para áreas menos habitadas, como depósitos, garagem, entre outros. Com a finalidade de remover a umidade em excesso e promover o movimento do ar, é necessário favorecer sua movimentação e renovação, no período que os usuários estejam usufruindo do ambiente. E por fim, deve-se promover o uso da iluminação natural estudando aberturas que permitam a entrada de luz, porém sem deixar que a radiação solar penetre no ambiente.

Além disso, é importante prover a residência de ventilação natural, conhecendo onde e como colocar aberturas de maneira a conseguir ventilação cruzada no seu interior. As cobertas podem ser ventiladas através do arranjo dos seus elementos, gerando ar renovado. É nesse sentido que se devem criar sombras permitindo melhor circulação de ar no ambiente, além de retirar o calor e a umidade, diminuindo a incidência de luz solar.

É importante levar em consideração que a luz natural gera um aumento na qualidade de vida das pessoas, pondo-as em contato com a variação física de temperatura durante o dia e orientando sobre as variações climáticas no ambiente externo. Além disso, se as condições de

iluminação forem bem executadas, resultará numa considerável economia de energia, contribuindo, assim, para a sustentabilidade do ambiente.

Grandes áreas de sombras são determinadas por fatores distintos: tratamento do entorno, distribuição da volumetria em função do entorno, tratamento das fachadas (escolha e proteção das aberturas) e distribuição dos ambientes internos. Todos estes parâmetros estão interconectados. A alteração de um deles pode repercutir na qualidade dos demais. Além disso, utilizar o sombreamento vegetal é de extrema importância para se ter o convívio com a natureza e garantir melhor circulação de ar.

Sugere-se, recuar paredes, pois geram terraços e varandas, protegendo a residência do calor e das chuvas e facilitando o contato entre o meio interno e externo, aproximando o convívio com a natureza. Propõe-se, também, tirar partido de elementos vazados de paredes, a fim de filtrar a luz e deixar a brisa entrar no ambiente. Além disso, a utilização de vegetação ameniza o clima do entorno, reduzindo o aquecimento do solo, permitindo maior circulação de ar e gerando grandes áreas de sombra. A vegetação intervém nos espaços externos das residências de modo a favorecer a ambiência do local através da amenização dos efeitos indesejados do clima.

Vale salientar que projetar e construir em áreas litorâneas, como a Praia dos Carneiros, requer outros cuidados especiais, dado que os materiais empregados podem reagir com a maresia e apresentar comportamentos indesejados. De fato, as estruturas de concreto podem ser afetadas pela maresia e danificar outras estruturas, causando corrosão das armaduras de aço. A maneira mais correta de resolver esse problema é tomar medidas preventivas na hora de elaborar o projeto. É necessário definir os aspectos essenciais para a durabilidade de estruturas, técnicas de execução e cuidados de manutenção.

Um fator muito importante, assim como os expostos acima é a integração com a paisagem, tanto das casas isoladas como do conjunto edificado, entendendo integração como aspecto visual e também de usabilidade. Assim, as residências devem ser abertas para o lote e para a rua, e estes devem ser livres e arborizados, aproveitando-se ao máximo a vegetação local existente. Propõe-se que as residências sejam inteiramente soltas no lote, com grandes afastamentos, permitindo maior permeabilidade e visibilidade entre o espaço privado e público, em consonância com o conceito de *genius loci*, que vem sendo utilizado na arquitetura como forma de estabelecer a criação de um ambiente com características de um determinado local, por meio da interação entre a edificação e a paisagem, podendo ser traduzido como o “espírito do lugar”.

A residência Refúgio Praia do Forte, ilustrada a seguir, exemplifica bem esses aspectos. Localizada na Praia do Forte, no município de Mata de São João, Bahia, foi projetada pelo escritório Sotero Arquitetos. É uma residência unifamiliar, de volumetria simples que conta com fachadas protegidas por sombras que trazem luz e ventilação, através das grandes aberturas, que integram o ambiente interno com o externo.

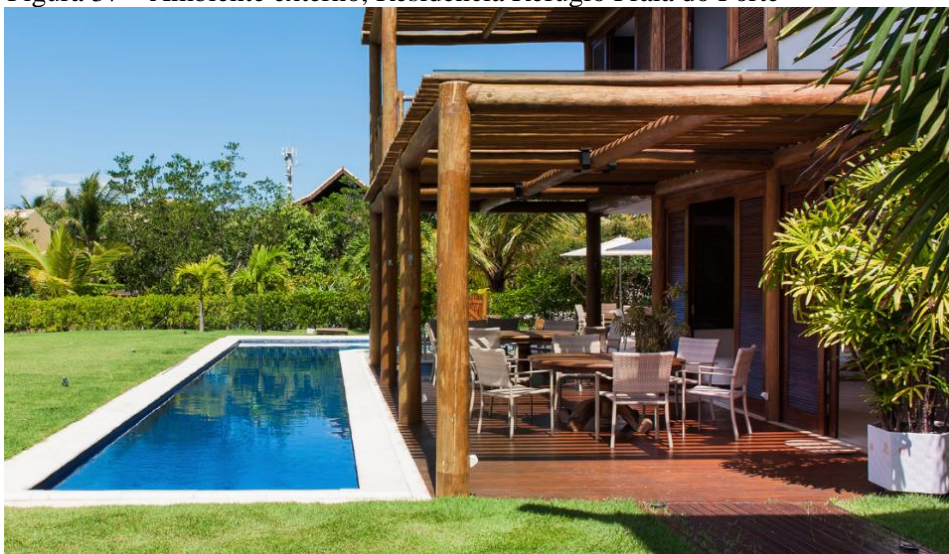
Figura 36 – Residência Refúgio Praia do Forte, Praia do Forte



Fonte – Sidney Quintela Associados, 2007.

Para a elaboração dessa residência, tomou-se como referência a obra do arquiteto Armando de Holanda e seu *Roteiro para Construir o Nordeste*, o qual sugere criar sombras, recuar as paredes, proteger as janelas, vazar os muros, abrir as portas e conviver com a natureza. Criar sombras permite melhor circulação de vento no ambiente, além de retirar o calor e a umidade, diminuindo a incidência de luz solar. Os Recuos das paredes geram terraços e varandas, protegendo a residência do calor e das chuvas e facilitando o contato entre o meio interno e externo, onde se pode construir relações entre o jardins, a arquitetura e a paisagem circundante.

Figura 37 – Ambiente externo, Residência Refúgio Praia do Forte



Fonte - Sidney Quintela Associados, 2007.

O projeto aboliu os muros altos e fez uso das cercas vivas delimitando e protegendo o espaço, reduzindo o aquecimento do solo e permitindo maior circulação de ventos, além do seu efeito decorativo. A utilização de muros altos acaba sendo ruim, também, para o espaço público. Interfere no conforto térmico e ambiental, além impedir as pessoas de interagirem com o mesmo. Essa integração não se refere necessariamente ao ato de sair da casa para a rua, ou vice-versa, mas tem a ver com a interação visual: a casa, em si, fazer parte de uma paisagem.

O comprometimento em utilizar o meio ambiente e os recursos naturais de forma sustentável, promovendo o bem-estar dos usuários em harmonia com a natureza foi um atributo importante adotado nessa residência. Além disso, os materiais utilizados, como madeira e telha, são de fácil obtenção e dialogam visualmente com o entorno natural.

Propõe-se, então, fazer uso de materiais naturais como, pedras, árvores nativas, relevo, entre outros, podendo evidenciar características que auxiliam na sustentabilidade das construções, como por exemplo: racionalizar o uso da água e energia, criar um ambiente saudável, utilizar recursos renováveis, valorizar as pessoas, os materiais e a cultural local e conservar a memória do construir.

Outra residência que exemplifica bem essas ideias é a Casa Patacho, localizada em Porto de Pedra, Alagoas, obra do escritório Z Arquitetura. A residência unifamiliar conta com um conjunto de quatro casas, com volumes soltos e intercalados com jardins internos, os quais permitem a ventilação cruzada (Figura 38).

A utilização de beirais e árvores ao redor da construção faz com que se reduza o aquecimento do solo e permita maior circulação de ventos. A arborização presente foi feita com espécies nativas. Em climas como o da região, a vegetação não deve impedir a passagem de vento, ou seja, deve ter uma limitação quanto à altura mínima das copas para produzir sombra, mas não servir como barreira para circulação do ar, como é o caso dos coqueiros nessa residência.

Figura 38 – Casa Patacho, Porto de Pedra, Alagoas



Fonte – Z Arquitetura, 2007.

A utilização de jardins internos geram sombras, iluminação natural e ar mais frio, contido pelas suas paredes. O ar se estende até os ambientes que se abrem para ele, funcionando como regulador térmico. Nessas áreas, é interessante fazer uso de vegetação, a fim de garantir melhores condições de ventilação.

Figura 39 – Recuo parede (terraço), Casa Patacho



Fonte – Z Arquitetura, 2007.

Pode-se observar que a residência possui certa rusticidade na sua estética. Esse estilo insere-se no ambiente em harmonia com a natureza, respeitando e interagindo com o entorno, trazendo uma sensação maior de conforto e sossego. Enquanto o vidro assegura o contato direto com o ambiente externo, os materiais rústicos empregados (madeira e pedra) oferecem clima natural também para o lado interno.

Tirar proveito de elementos vazados é de grande relevância para projetos de residências. O uso do cobogó favorece princípios da arquitetura sustentável como iluminação e ventilação natural, além da valorização da cultura local, é um elemento vazado que possibilita vedação parcial da construção. Desenvolvido para regiões tropicais, filtra a luz solar e garante ventilação permanente, assegurando eficiência energética. Esse material surgiu na década de 1920, em Recife, e é uma herança da cultura árabe, baseado nos muxarabis, usados para vedar, parcialmente, o ambiente interno. Na parte externa, o efeito proporciona um valor de superfície e vedação. Internamente, a luminosidade exterior é difundida e controlada, transferindo a natureza para o interior da residência de modo sutil.

Em outras palavras, no ambiente externo, tem função de decorar, em ambientes internos, assegura a ventilação e a iluminação, além do aspecto estético.

Figura 40 – Ambiente interno, Casa Patacho

Utilização de cobogós



Fonte – Z Arquitetura, 2007.

O cobogó pode ser encontrado em paredes, muros altos e baixos. Atualmente, possuem muitos desenhos e formatos. A sua utilização como elemento de decoração cria ambientes e efeitos marcantes de luz e sombra, sobretudo quando se relaciona com a iluminação natural.

Figura 41 – Exemplos de cobogós em ambientes externos



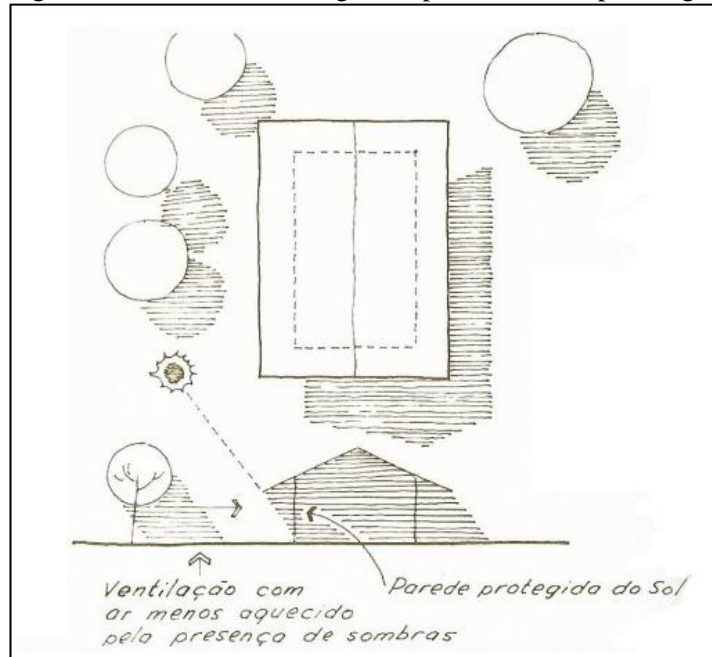
Fonte – Victor Affaro, 2015.

É importante observar que, na Praia dos Carneiros, os ventos alísios são dominantes, entretanto fatores como rios e mares alteram o regime dos mesmos. É preciso estar atento para o regime duplo nas áreas costeiras. Durante o dia, a terra se aquece mais rapidamente do que a água; o ar quente do continente sobe, criando uma zona de baixa pressão; o ar frio que está acima da água desloca-se para ocupá-la. Durante o período da noite, a terra esfria mais rapidamente do que a água; o ar quente sobe a partir da mesma, e o ar frio (do continente) vai ocupar a zona de baixa pressão. Esses fatores não podem ser esquecidos na hora que se for projetar nessa região.

O clima predominante na Praia dos Carneiros é o quente úmido. Como a variação de temperatura noturna nessa região não é muito significativa, a ventilação nesse período é bastante desejável. Dessa forma, deve-se propor grandes aberturas, com posições e dimensões corretas, que permitam a entrada de vento nos momentos em que a temperatura externa está mais baixa do que a interna. Da mesma maneira, sugere-se proteger as aberturas da radiação solar, mas sem criar obstáculos para a entrada de vento.

Em se tratando de cobertas, devem ser usados materiais com inércia média e com elementos isolados que tem como particularidade afastar o calor que atravessa as telhas, com o intuito de não entrar nos ambientes. A utilização de beirais e árvores ao redor da construção reduz o aquecimento do solo e permite maior circulação de ventos. A arborização deve ser feita com espécies nativas. As árvores devem ser locadas dentro do espaço destinado aos canteiros, com o porte compatível com o seu local de implantação. Em climas como o da região, a vegetação não deve impedir a passagem de vento, ou seja, deve ter uma limitação quanto à altura mínima das copas para produzir sombra, mas não servir como barreira para circulação do ar.

Figura 42 – Sombreamento gerado pelos beirais e pela vegetação



Fonte – Gildo A. Montenegro, 1984.

No exemplo abaixo de uma residência localizada na Praia dos Carneiros, observa-se a utilização de grandes aberturas, terraços e varandas voltados para o nascente permitindo o aproveitamento dos ventos. As cercas trouxeram maior interação com a paisagem, sem interferir negativamente na paisagem e favorecendo o convívio dos moradores com a natureza. Com estes artifícios, os ambientes internos e externos se integram, havendo uma junção da arquitetura com a paisagem, reforçando o sentimento de continuidade entre eles.

Figura 43 – Segunda residência à beira mar, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

É importante destacar, também, a forma como essa residência está inserida no lote, com grandes recuos e afastamentos, possibilitando maior permeabilidade e visibilidade com o entorno, ou seja, permitindo maior interação com a paisagem e gerando grandes áreas de circulação dos ventos entre as residências.

Outra residência, também localizada na Praia dos Carneiros, possui basicamente as mesmas características da anterior. Ela foi construída com a preocupação em se preservar a vegetação mantendo ambiência própria. O partido arquitetônico faz opção por um sistema construtivo funcional, com a utilização de formas claras e proporcionais, riquezas espaciais e cores delicadas, tornando o ambiente ainda mais aconchegante.

É importante observar a vegetação inserida no entorno da residência que, além de favorecer a interação do espaço privado com o público, contribui positivamente para o conforto ambiental dos seus usuários.

Figura 44 – Segunda residência próxima à beira mar, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

O mesmo ocorre com o conjunto de casas abaixo, também localizado na Praia dos Carneiros, a diferença é que nesse outro exemplo, construiu-se muros baixos, todo revestido por vegetação. Possuem volumetria simples que conta com fachadas protegidas por sombras que trazem luz e ventilação.

Figura 45 – Segundas residências, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

E por fim outro exemplo, agora de um prive residencial, também localizado nessa praia, percebe-se que as residências foram projetadas sem a preocupação de se construir muros altos cercando o lote, permitindo maior permeabilidade e visibilidade com seu entorno, dando um efeito visual agradável e possibilitando maior interação dos usuários com o meio ambiente.

Figura 46 – Prive residencial, Praia dos Carneiros



Fonte – Autora, 2016.

Embora as casas sejam geminadas, provavelmente tem menores condições de ventilação e iluminação natural se comparado aos exemplos anteriores, porém outros recursos utilizados como os beirais, terraços e varandas permitem sombreamento, permeabilidade do ar e iluminação adequada, tornando o ambiente aconchegante.

No tocante ao arranjo das edificações, no caso de se projetar um condomínio de segunda residência, deve-se verificar o distanciamento entre cada construção. Elas devem estar

dispostas de modo a viabilizar a circulação do ar em todos os imóveis e possibilite a ventilação cruzada em seu interior.

Todas as questões levantadas, tanto arquitetônicas, quanto paisagísticas, em conjunto, trazem consequências para o desempenho térmico e ambiental dos espaços públicos e privados. O uso apropriado dessas estratégias, combinado com as condições climáticas, exigências do uso e ocupação do solo e parâmetros urbanísticos, acarretarão melhorias para as edificações existentes e auxiliarão na elaboração de novos projetos para a Praia dos Carneiros.

À vista disso, levando em consideração todos os aspectos mencionados, entende-se que o conjunto de construções isoladas, ou em condomínios, devem atender às atividades de veraneio e ao mesmo tempo dialogar com a paisagem natural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história, a atividade turística influenciou a sociedade e sua maneira de representação da natureza e do espaço urbano, por meio do protótipo exercido pela atividade humana. O desenvolvimento do turismo tem se organizado em princípios que contribuem para uma relação de hostilidade entre sociedade, natureza e espaço urbano.

A inserção do turismo de segunda residência nas áreas costeiras, em especial na região Nordeste do Brasil, se tornou um método de consumo e de atividades multidisciplinares que vem transformando o território e ocasionando novos seguimentos de mercado, com público específico. Essa região vem sendo alvo da especulação imobiliária que faz uso desse tipo de turismo, transformando-as em novas estruturas territoriais e habitacionais.

Dessa forma, a paisagem litorânea vem sendo alterada pelo modelo de desenvolvimento do turismo, apoiado na produção desse tipo residencial, contribuindo para a segregação espacial e social, assim como para a degradação dos ecossistemas. O desejo de passar uma temporada de férias, ou um período curto nos finais de semana, nessas áreas, implica em um processo de urbanização que se destina a atender às necessidades básicas dos usuários, excedendo os limites da edificação, acarretando o envolvimento das condições externas como muros, ruas, calçadas, entre outros.

A tendência de desenvolvimento dessa atividade deve ser regulada através de conceitos de conservação ambiental e participação social, princípios da sustentabilidade. O turismo responsável está agregado a elementos como a elaboração de Plano Diretor, criação de normas de edificações, cooperação de instituições de outros municípios que possuem o mesmo interesse, adoção de leis que promovam a proteção do patrimônio natural, histórico, cultural, entre outros. Além disso, há que se atentar para a preservação da paisagem.

Com a pesquisa, verificou-se que o município de Tamandaré, em especial a Praia dos Carneiros, representa bem uma realidade que se desvirtua da preservação da paisagem local, e também da sustentabilidade, na proporção que essa área turística costeira produz e consome uma demanda massificada. É possível se deparar com problemas próprios das grandes cidades, inclusive nas segundas residências e em seu entorno, ainda que os turistas e veranistas busquem, na prática, uma realidade distinta da vivida nos centros urbanos.

A expansão do turismo de segunda residência nessa praia levou a uma acentuada comercialização de recursos naturais. Associado a isso, tem-se a disponibilidade territorial, que vem sujeitando várias áreas à especulação imobiliária. O modo como essas edificações vem sendo construídas traz diversas tipologias arquitetônicas e paisagísticas, semelhantes

àquelas existentes nas grandes cidades: muros altos e “cegos” em toda extensão do lote, que trazem consigo a negação à rua.

A opção de se ter uma residência com esses padrões construtivos coloca em destaque recursos econômicos como algo a que se proporciona *status* social. O retrato fictício da segurança e do isolamento, aliado aos serviços de segurança criação um novo conceito de construção na Praia dos Carneiros. Essas novas áreas competem com a população residente às qualidades ambientais, agravando ainda mais a segregação social.

Dessa forma, esses aspectos terminam criando uma arquitetura não condizente com o lugar, não condizente com a própria atividade de veraneio, produzindo espaços confinados, que ao invés de agregar segrega, ao invés de atrair repele.

Diante disso, deve-se considerar de extrema importância pensar como vem sendo desenvolvida a construção das segundas residências, seja em lotes isolados, seja em condomínios, com especial atenção para os espaços públicos e recursos naturais. Nesse sentido, é fundamental buscar soluções arquitetônicas e paisagísticas, a fim de permitir constantes relações sociais entre o ambiente público e privado, além de permitir que os usuários desfrutem da paisagem costeira, estendendo essa ideia não só para a Praia dos Carneiros, mas também por todo o litoral Pernambucano.

Além disso, na perspectiva da construção responsável dos domicílios de uso ocasional, isolados ou não, sugere-se a realização de estudos dos parâmetros urbanísticos impostos pelo município, através da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, além da utilização do Código de Obras e do Plano Diretor Participativo do Município de Tamandaré. Faz-se necessário, também, repensar a forma como essas construções são regulamentadas, tornando imprescindível um posicionamento específico da legislação para evitar que esse tipo situação se repita.

O atendimento a questões de conforto térmico, tanto pela arquitetura como pela disposição do conjunto de edificações, aumenta as chances de integrar as residências de veraneio ao meio em que são construídas. Utilizar artifícios que favoreçam o eficiente aproveitamento dos recursos naturais, e também como elementos construtivos, juntamente com uma tipologia arquitetônica condizente com as tradições históricas do lugar, são um conjunto de fatores que tendem a criar espaços confortáveis para seus usuários e favoráveis ao diálogo positivo com a paisagem local, o que podemos chamar de integração, em consonância com conceitos como o de espírito do lugar, estudado por teóricos como Norberg-Schultz (1980).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (CPRH). **Diagnóstico socioambiental APA de Guadalupe**. Recife, 1998.

_____. **Diagnóstico socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 2006.

ANDRADE, José Vicente de. **Fundamentos e dimensões do turismo**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ASSIS, Lenilton F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Ano VII, nº 11,12,13, set./out. Rio de Janeiro, 2003.

BANCO DO NORDESTE. PRODETUR/NE, 2013. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur>>. Acessado em: 18 de ago. 2016.

BRASIL. Decreto Federal 4297/2002, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal Nº 6938/81, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 11.771/2008, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 006/2001. **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**. Câmara Municipal de Tamandaré. Tamandaré, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARTA Patrimonial da Unesco. **Recomendação de Paris**. Paris, 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acessado em: 6 nov. 2016.

CORBELLA, Oscar. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos**. Conforto Ambiental. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

EMPETUR. Empresa de Turismo de Pernambuco. **Pesquisa do Perfil do Turismo Receptivo do Recife**. Recife, 2016.

EVANGELISTA, Felipe. **A Criminalidade e o Planejamento Ambiental Urbano**. Belo Horizonte: Veredas do Direito, 2012.

FARIAS, Fabiana Santos. **Tamoindaré: a dinâmica de suas praias frente às novas tribos repovoadoras do século XX.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

FERREIRA, Angela; SILVA, Alessandro. **Para Além do Muro Alto: “turismo imobiliário” e novas configurações socioespaciais na Região Metropolitana de Natal.** Natal, 2012.

FIRMINO, Fabiana dos Santos. **Dinâmica do Turismo na Zona Costeira Nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Gestão Políticas Ambientais. Recife, 2006.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). Lazareto de Tamandaré, Pernambuco (1909). Disponível em: <<http://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/4591-lazareto-de-tamandare>>. Acessado em: 23 set. 2016.

GARCIA, Fátima. **Fortaleza e a descoberta do banho de mar.** Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/11/fortaleza-e-descoberta-do-banho-de-mar.html>>. Acessado em: 12 nov. 2016.

GOMES, Celso Cardoso. **Turismo e Desenvolvimento Local: desafios e possibilidades para o município de Tamandaré – PE.** Recife, 2013.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir o Nordeste, arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados.** 2. ed. Instituto de Arquitetos do Brasil - PE ; Universidade Federal de Pernambuco; Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Urbano. 66. P. ilus. Recife, 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico Brasileiro.** Tamandaré. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261485>>. Acessado em: 30 ago. 2016

_____. **Síntese dos indicadores sociais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acessado em: 30 ago. 2016.

_____. **Perfil municipal de Tamandaré.** Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=_PT&codmun=261485&search=pernambuco|tamandare|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acessado em: 28 maio 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E PRODUTIVO (IDESP). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261485>> Acessado em: 28 maio 2016.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). Rio Formoso. Recife, 1992.

_____. Região de Desenvolvimento Mata Sul. Recife, 2006.

_____. Perfil Municipal Tamandaré. Recife, 2015.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENCKER, Ada de Freitas Manet. **Processos de Turistificação**: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2006.

LEITÃO, Juliana. **Forte de Tamandaré vai ganhar reforma**. Recife: Diário de Pernambuco, 2015.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o Ambiente é Hostil**: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros aspectos e outros ensaios gilbertianos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMA, Clarisse. **Urbanização Turística no Litoral Sul de Pernambuco**: o caso do município de Tamandaré. Recife, 2006.

MELO, Misso. **Tamandaré 19 anos de emancipação**. Jornal Grande Litoral. Tamandaré: Edição Especial, 2014.

MONTENEGRO, Gildo A. **Ventilação e Cobertas**: estudo teórico, histórico e descontraído. São Paulo: Edgard Blucher, 1984.

MULLINS, Patrick. **Tourism urbanization**. International Journal of Urban Regional Research, 1991.

OLIVEIRA, Elizângela; LIMA, Renata. **Segunda Residência**: um alojamento turístico. Seminário Nacional de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Natal, 2010.

OMT. Organização Mundial do Turismo (United Nations World Tourism Organization). **World Tourism Barometer**. v.6. Madrid: UNWTO Press, 2008.

PANAZZOLO, F. B. **Turismo de Massa**: um breve resgate histórico e sua importância no contexto atual. Rio Grande do Sul, 2005.

PDPMT. Plano Diretor Participativo do Município de Tamandaré. Tamandaré, 2001.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE GUADALUPE. **Relatório da 5ª Etapa. Zoneamento da APA de Guadalupe**. Recife, 2011.

PRADO, André Luiz. **Em busca da pertinência para uma arquitetura tropical**. Belo Horizonte, 2006.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O conceito de lugar**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>>. Acessado em 12 nov. 2016.

REJOWSKI, Mirian. Turismo no percurso do tempo / Mirian Rejowski (organizadora). São Paulo: Aleph, 2002.

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE GUADALUPE. Coleta e Análise de Informações Básicas Disponíveis e Atualização Bibliográfica e Cartografia. Recife, 2010.

RODRIGUES, A.B. Turismo e espaço – Rumo ao conhecimento transdisciplinar. 3ª ed. São Paulo: Hecitec, 2001.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Maria do Carmo Ferrão. **Tamandaré: a história de um município**. Tamandaré. Recife, 2000.

SANTOS, Priscila Pereira; et.d. **O crescimento do Turismo de Segunda Residência e os Conflitos Socioambientais no Litoral Sergipano**. Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2012.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). **Colônia de férias de Tamandaré – PE**. Disponível em: <<http://www.pe.sesi.org.br/colonia-de-ferias/Paginas/a-praia.aspx>>. Acessado em: 15 ago. 2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci. Towards a phenomenology of architecture**. Londres: Academy Editions, 1980.

TEIXEIRA, Melissa. **Gestão Hoteleira Sustentável: um estudo com os meios de hospedagem do município de Tamandaré, Litoral Sul do Estado de Pernambuco, Brasil**. Recife, 2014.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas: Papirus, 1993.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.

United Nations World Tourism Organization (UNWTO). World Tourism Barometer. Spain, 2009.

UNWIN, Simon. A análise da arquitetura/Simon Unwin; tradução técnica: Alexandre Salvaterra. 3 ed Porto Alegre: Bookman, 2013.